

EDUCAR PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL: UMA PROPOSTA DE UM ROTEIRO PEDAGÓGICO ATRAVÉS DO PATRIMÓNIO MEDIEVAL DE LISBOA

Fernanda Maria dos Santos Craveiro

**Trabalho de Projecto de Mestrado em Património
área de Património Urbano**

MARÇO DE 2011

Nota: lombada (nome, título, ano)
- encadernação térmica -



Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Património, área de Património Urbano, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade e sob a co-orientação científica da Professora Doutora Raquel Pereira Henriques.

Declaro que este Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, 10 de Março de 2011

Declaro que este Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

A orientadora,

A co-orientadora,

Lisboa, 10 de Março de 2011

ÍNDICE

1. Da importância do património cultural português	pág. 1
1.1. Os objectivos e a população-alvo do Trabalho de Projecto	pág. 10
1.2. O centro histórico da cidade de Lisboa – do sítio ao edifício	pág. 16
2. A construção do roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa para os jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico	pág. 24
3. Conclusão	pág. 41
Bibliografia	pág. 51
Cartografia	pág. 72
Legislação	pág. 72
Sites	pág. 73

RESUMO

ABSTRACT

TRABALHO DE PROJECTO DE MESTRADO EM PATRIMÓNIO - ÁREA DE PATRIMÓNIO URBANO

EDUCAR PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL: UMA PROPOSTA DE UM ROTEIRO PEDAGÓGICO ATRAVÉS DO PATRIMÓNIO MEDIEVAL DE LISBOA

WORK OF PROJECT OF MASTER DEGREE IN HERITAGE - AREA OF URBAN HERITAGE

TO EDUCATE FOR THE PRESERVATION OF CULTURAL HERITAGE: A PROPOSAL OF A PEDAGOGICAL GUIDE THROUGH THE MEDIEVAL HERITAGE OF LISBON

FERNANDA MARIA DOS SANTOS CRAVEIRO

PALAVRAS-CHAVE: Conservação, divulgação, educação cívica, história local, medieval, património.

KEY WORDS: Conservation, spreading, civic education, local history, medieval, heritage.

O património cultural português é testemunho de acontecimentos e personagens preponderantes para a construção da História de Portugal.

O património medieval urbano que ainda hoje subsiste na actual cidade de Lisboa é o resultado de experiências e de vivências de diferentes sociedades e culturas

e, também, de alterações na malha urbana e adulterações na estrutura das construções quer pela acção do Homem, quer pela própria natureza.

A temática do património medieval da cidade de Lisboa foi pensada para este Trabalho de Projecto e materializada num roteiro pedagógico para jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico pela necessidade de consciencializar os jovens cidadãos para a conservação e divulgação do património cultural português, fazendo deles os seus promissores defensores. A rememoração do passado e a preservação de identidades culturais é, pois, um índice de cidadania.

Tomando como âmbito geográfico o núcleo antigo do centro histórico da cidade de Lisboa, ou seja, os Bairros de Alfama, do Castelo e da Mouraria, e com o levantamento bibliográfico de estudos efectuados sobre património medieval, foi possível construir um itinerário de visita aos seus edifícios mais emblemáticos, tais como o Castelo de São Jorge, o Palácio Belmonte, o Paço a-par-de São Martinho, a Sé de Lisboa, o Arco Escuro e o Chafariz d'el-Rei, e integrar desta forma os conteúdos curriculares da disciplina de História e Geografia de Portugal, que versam desde o período da dominação muçulmana, o ano de 711, até à aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal a 6 de Abril de 1385.

Pretende-se desta forma atrair as populações mais jovens para a actual vivência dos centros históricos das actuais cidades e alertar as Instituições para o facto de que estes mesmos centros devem ser recuperados e dinamizados tanto para os habitantes, como para o visitante ocasional. Os planos de salvaguarda e de reabilitação urbana nos núcleos antigos devem, então, ser pensados na revalorização de espaços e no convívio saudável entre gerações e património.

The portuguese cultural heritage is a preponderant certification of events and characters for the construction of the History of Portugal.

The urban medieval heritage that still today subsists in the current city of Lisbon is the result of experiences and livings of different societies and cultures and, also, of alterations in the urban mesh and adulterations in the structure of the constructions wants for the share of the man, wants for the proper nature.

The thematic one of the Lisbon's medieval heritage, was thought for this Work of Project and materialized in a pedagogical guide for young students of the Elementary School, because of the necessity of the consencialization on young citizens for the conservation and spreading of the portuguese cultural heritage, making them it's promising defenders. The reminiscence of the past and the preservation of cultural identities are, therefore, a citizenship index.

Taking as geographic scope the old nucleus of the historical center of the city of Lisbon, that is, the Quarters of Alfama, of Castelo and of Mouraria, and with bibliographical survey of studies on medieval heritage, it was possible to construct an itinerary of visit to it's more emblematic buildings, such as the Castelo de São Jorge, the Palácio de Belmonte, the Paço a-par-de São Martinho, the Sé de Lisboa, the Arco Escuro and the Chafariz d'el-Rei, and to integrate in such a way the curricular contents of the discipline of History and Geography of Portugal, that turn since the period of the Muslim domination, in the year of 711, until the acclamation of the Master of Avis as king of Portugal in the 6th of April of 1385.

In such a way intents to attract younger populations for the current experience of the historical centers of the actual cities and to alert the Institutions for the fact that that same centers must be reoccupied and dinamized for the inhabitants, as for the occasional visitor. The save plans and the urban whitewashing in the old nuclei must be thought about the revaluation of the spaces and the healthful conviviality between generations and heritage.

EDUCAR PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL: UMA PROPOSTA DE UM ROTEIRO PEDAGÓGICO ATRAVÉS DO PATRIMÓNIO MEDIEVAL DE LISBOA

1. DA IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS

O património cultural português tem sido, ao longo dos anos, objecto de estudo nas suas mais variadas componentes, seja pela sua importância como marco de um facto histórico tanto no contexto nacional, como no contexto local, seja como alvo de legislação que prevê a sua classificação e consequente protecção¹.

De acordo com o artigo 7.º, no número 1, da *Lei de Bases do Património Cultural*, “Todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.”², o que conjugado com o disposto na *Constituição da República Portuguesa* no direito que todos têm à educação e à cultura³, deve ser previsto nos programas culturais nacionais e o seu livre acesso.

A relevância atribuída ao património cultural, aquando da sua classificação e consequente protecção, não deve ser efectuada a pensar, somente, no objecto em si mas, também, na melhor forma de o aproximar às populações. Subjacente a este processo deverá estar incluída, sempre, a pretensão de se criar uma ligação didáctica e lúdica dos cidadãos com o património e onde cada um se possa identificar culturalmente.

¹ Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, *Diário da República*, série I-A, n.º 209, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 8 de Setembro de 2001.

² Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, *Diário da República*, série I-A, n.º 209, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 8 de Setembro de 2001.

³ Artigo 73.º, número 1, *in* Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, *Diário da República*, série I-A, n.º 155, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 12 de Agosto de 2005.

Importa, então, e primeiro que tudo, procurar definir património e, mais especificamente, património edificado, para se compreenderem os objectivos e a finalidade considerados para este Trabalho de Projecto.

A noção de património evoluiu ao longo dos tempos e de herança familiar transformou-se em herança cultural, expressa em factos históricos e em objectos com identidade própria.

A *Lei de Bases do Património Cultural* considera como património cultural “... todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, ...”⁴, nomeadamente os bens de valor histórico, arquitectónico, artístico ou técnico que sejam o reflexo de valores de memória, antiguidade ou singularidade⁵. O valor de cada bem cultural não deve ser só expresso através da sua classificação patrimonial mas, também, e factor muito mais importante, pelo reconhecimento de uma sociedade antiga e/ou de uma técnica de fabricação ancestral.

Segundo um documento do ICOMOS, o património arquitectónico é um bem valioso tanto no âmbito cultural, como no âmbito económico, pelo facto de que “... a existência de um monumento ou conjunto monumental emblemático representa a atracção principal de um local [...] um gerador directo e indirecto de recursos financeiros.”⁶, considerando que hoje em dia o Turismo é uma das indústrias, a nível mundial, mais florescente e rentável.

A noção de património urbano histórico surgiu com os novos processos de urbanização em que as cidades antigas se tornaram objecto de estudo devido às necessidades emergentes da Revolução Industrial e que provocaram alterações na antiga malha urbana⁷. Procurando não haver destruição dos edifícios antigos em prol das novas

⁴ Artigo 2.º, número 1, in *Lei de Bases do Património Cultural*, Lei n.º 107/2001, *Diário da República*, série I-A, n.º 209, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 8 de Setembro de 2001.

⁵ Artigo 2.º, número 3, in *Lei de Bases do Património Cultural*, Lei n.º 107/2001, *Diário da República*, série I-A, n.º 209, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 8 de Setembro de 2001.

⁶ Lourenço, Paulo B.; Oliveira, Daniel V. (tradução para Português por), *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico* – ICOMOS - Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Arquitectónico, Universidade do Minho – Departamento de Engenharia Civil, 2003, pág. 5, <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/documentos.html>, acedido em 30 de Julho de 2010.

⁷ Choay, Françoise, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, Lda., Maio 2006, pág. 158.

edificações, definiram-se, sim, conjuntos edificados urbanos antigos ao serem investigados do ponto de vista histórico e patrimonial, e que obrigaram a novas organizações espaciais urbanas⁸.

O termo “urbanismo” surgiu pela primeira vez em 1856 através do trabalho de Cerdá que pretendia, assim, designar um novo ramo de estudos, o das cidades antigas, e referia que elas eram mais um resultado de gostos e de ideologias da sua época, do que do conhecimento e do planeamento dos seus construtores⁹.

O património edificado é uma imagem da cidade e, consequentemente, humaniza a paisagem urbana, pela representação de um conceito estético e/ou arquitectónico, de uma época, de um ideal, e/ou de uma necessidade do Homem.

O centro histórico de uma cidade é identificado por um conjunto de edifícios e de espaços que se interligam e que representam um assentamento humano e uma época. Pois, aqueles, são testemunhos de um grupo social e económico e expressivos de uma cultura própria e que ganharam valor como um documento histórico¹⁰. Os elementos que hoje constituem a denominada cidade histórica também são considerados uma consequência da relação dessas sociedades e da sua cultura com o meio ambiente¹¹.

O *Dicionário da Academia Francesa* de 1694 define o monumento como “... marque publie que qu’on laisse à la postérité pour conserver la mémoire de quelque personne illustre ou de quelque action célèbre.”¹², sinónimo de glorificação do mandatário da sua construção, um reflexo muito próprio do Antigo Regime e do rei absolutista Luís XIV e de toda uma corte de excessos.

⁸ idem, *ibidem*.

⁹ Rossa, Walter, “A cidade portuguesa” in Pereira, Paulo (direcção), *História da arte portuguesa*, volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pág. 237.

¹⁰ “Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas”, in Lopes, Flávio; Correia, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico – cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., 2004, pág. 215.

¹¹ Menezes, Marluci; Tavares, Martha Lins, *Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano – discutindo algumas questões*, Comunicação apresentada ao “6.º Cidade revelada – Património Histórico, Arquitectura e Turismo” em Itajaí-Santa Catarina-Brasil, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Novembro 2003, pág. 1.

¹² Poulot, Dominique, *Patrimoine et musées – l’institution de la culture*, France, Hachette Livre 2001, édition n.º 04, Fevereiro 2006, pág. 34.

Para Aloïs Riegl, monumento, “... en el sentido más antiguo y primigenio, ...” é a obra realizada pelo Homem com o propósito de rememorar os seus feitos “... en la consciencia de las generaciones venideras.”¹³, segundo uma concepção modernista de que a actividade humana, da qual se conservam testemunhos materiais, tem o direito de reclamar para si um valor histórico¹⁴, valor este tanto maior, quanto menor tiver sido a intervenção humana nas construções após a sua conclusão¹⁵.

O *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes* de 1985, remete a definição de monumento para o “Edifício monumental, obra ou vestígio importante de arquitectura [...] do passado, conservada e protegida pelo seu valor cultural.”¹⁶. A importância é-lhe atribuída mais pela representação de algo, do que de alguém.

De uma forma mais generalista e comum o *Dicionário da Língua Portuguesa* define monumento como a “Construção destinada a perpetuar a memória de um facto ou de alguma personagem notável; edifício majestoso; obra digna de passar à posteridade; [...]; restos ou fragmentos materiais pelos quais podemos conhecer a história dos tempos passados.”¹⁷.

Num âmbito mais universal sobre património cultural, a *Convenção* da UNESCO considera monumentos como as “Oeuvres architecturales, [...], éléments ou structures de caractère archéologique, [...] et groupes d’éléments, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l’histoire, de l’art ou de la science.”¹⁸, projectando, assim, a sua importância para além do seu território de influência e construindo uma imagem universal da civilização que representa e identifica como génio de criação e de originalidade.

¹³ Riegl, Aloïs, *El culto moderno a los monumentos*, Madrid, A. Machado Libros, S.A., 2008, pág. 23.

¹⁴ Idem, pág. 24.

¹⁵ Idem, pág. 57.

¹⁶ Teixeira, Luís Manuel, *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Lisboa, Editorial Presença, Lda., 1985, pág. 159.

¹⁷ *Dicionário da língua portuguesa*, Porto, Porto Editora, 7.^a edição, Junho 1997, pág. 1230.

¹⁸ Artigo 1.º, in *Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel (adoptée par la Conférence générale à sa dix-septième session)*, Paris, UNESCO, 16 de Novembre de 1972, pág. 23.

A *Carta de Lisboa sobre reabilitação urbana integrada* no seu artigo 2.º - identidade dos núcleos históricos – refere que “Sendo a preservação da identidade dos Núcleos Históricos, expressa pelo seu património edificado, cultural e social, é indispensável que as operações de reabilitação urbana sejam apoiadas pelas pesquisas histórica e sociológica, ...”¹⁹, e por isso requerem a intervenção de equipas de trabalho multidisciplinares.

Os antigos bairros de Lisboa, hoje denominados de Bairro do Castelo, Bairro de Alfama e Bairro da Mouraria resultam de uma consolidação territorial e do reconhecimento histórico e comunitário derivado da sua dinâmica e da sua auto-suficiência. Hoje, estes espaços, estes “lugares”, são centralizadores do tecido antigo da cidade medieval, ou seja, os núcleos urbanos antigos como conjuntos de valor patrimonial e identificados como parte do centro histórico da actual cidade de Lisboa.

Pessoas, factos e datas são na primeira observação os elementos-chave para a construção da História e se se delimitar um sítio como espaço geográfico, social e temporal, poder-se-á reconstruir a memória de um local através de acontecimentos preponderantes quer para a sua ocupação, quer para o seu posterior desenvolvimento, e da permanência do antigo edificado na actual malha urbana. Perante tais elementos obtém-se, assim, uma narrativa de vivências e de experiências efectuadas pelo Homem no meio ambiente e numa determinada época e que humanizam a paisagem urbana.

O significado que o património cultural tem vindo a alcançar ainda está longe de ser o ideal, pois, no ritmo diário de passagem entre locais habitacionais, institucionais e profissionais o cidadão não “contempla” os edifícios que o rodeiam para além da sua componente utilitária. Aliado, a este facto, está o abandono a que os centros históricos têm vindo a ser votados por diversas razões, tais como a contínua degradação do edificado habitacional ou pela ideia, algo errónea, de se olharem os centros históricos das cidades como museus, o que em muito tem contribuído para o seu despovoamento, pois convida o cidadão e/ou o turista a visitá-los, mas não a habitá-los. Assim, as

¹⁹ “Carta de Lisboa sobre reabilitação urbana integrada”, in Lopes, Flávio; Correia, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico – cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., 2004, pág. 265.

cidades deixaram de ter vida própria, pois os seus espaços não são usufruídos plenamente²⁰.

O alargamento das cidades para a periferia através da construção de novas urbanizações com boas condições de saneamento básico, que muitas vezes falta nas antigas habitações, o aparecimento de novas vias de comunicação e de transportes públicos, de e para os centros urbanos, bem como pólos de actividade comercial, atraíram populações desejosas de melhores condições de vida²¹.

O recente fenómeno de metropolitização é disso prova ao agregar num território alargado de influência vários concelhos limítrofes, uns com um carácter mais citadino, outros, ainda, com algum cariz rural e/ou industrial. As dinâmicas efectuem-se diariamente e, com acentuação nas denominadas “horas de ponta”, entre cidadãos e entidades em que procuram uns e outros, e/ou adquirir produtos, e/ou prestar serviços.

O aumento dos serviços terciários nas cidades, com a ocupação de tradicionais espaços habitacionais por entidades e instituições públicas, e que foram uma das causas do decréscimo de população nos centros das metrópoles, aconteceu nos países desenvolvidos da Europa entre 1965 e 1975, enquanto que em Portugal tal processo se desenvolveu nos anos oitenta do século XX²².

A cidade de Lisboa também não tem sido alheia a tal facto que, de uma forma mais ou menos clara, se constata em artigos de opinião nas mais diversas publicações nacionais ou em estatísticas e estudos de caso, sendo em parte devido “... à expansão urbana e à rápida transformação do espaço urbano [...] em processo de deteriorização do seu património arquitectónico, urbano, [...] e cultural.”²³.

²⁰ Artigo 7.º, in Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, *Diário da República*, série I-A, n.º 209, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 8 de Setembro de 2001.

²¹ Salgueiro, Teresa Barata, *A cidade em Portugal - uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 2.ª edição, 1992, pág. 385.

²² Ferreira, Vítor Matias, *Lisboa – a metrópole e o rio – centralidade e requalificação de frentes de água*, Lisboa, Bizâncio, 1997, pág. 119.

²³ Menezes, Marluce; Tavares, Martha Lins, *Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano – discutindo algumas questões*, Comunicação apresentada ao “6.º Cidade revelada – Património Histórico, Arquitectura e Turismo” em Itajaí-Santa Catarina-Brasil, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Novembro 2003, pág. 2.

Conforme se pode observar no quadro em baixo sobre a população da Área Metropolitana de Lisboa entre os anos de 1900 e 1986²⁴, o número de habitantes da cidade de Lisboa foi decrescendo em favor dos concelhos limítrofes que têm vindo a oferecer novas habitações e diferentes serviços.

anos	população total	lisboa %	margem norte %	margem sul %
1900	488774	72.84	17.42	9.74
1960	136562	58.76	27.62	13.63
1970	1682545	46.10	37.10	16.81
1986	2382600	34.80	45.10	20.10

Os concelhos limítrofes que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, e que foram os grandes fornecedores de população activa e de estudantes para a capital, passaram a ser os concelhos de retenção de população local devido à instalação de novas indústrias e de novos serviços públicos durante os anos oitenta e noventa do século XX²⁵. Os casos de pobreza, de projectos de vida individual e a progressiva feminização da mão-de-obra, também contribuíram para o abandono do centro da cidade²⁶.

Haverá, então, que pensar as cidades como “... um sistema vivo, um espaço de vivência ...”²⁷, que implantadas por condicionantes topográficas e orográficas e constituídas por diversos elementos físicos, tais como ruas, praças e edifícios, a sua diferenciação far-se-á pelo factor social e cultural na construção de uma imagem urbana.

²⁴ Salgueiro, Teresa Barata, *A cidade em Portugal - uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 2.ª edição, 1992, pág. 87 (extracto).

²⁵ Ferreira, Vítor Matias, *Lisboa – a metrópole e o rio – centralidade e requalificação de frentes de água*, Lisboa, Bizâncio, 1997, pág. 131.

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ Menezes, Marluci; Tavares, Martha Lins, *Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano – discutindo algumas questões*, Comunicação apresentada ao “6.º Cidade revelada – Património Histórico, Arquitectura e Turismo” em Itajaí-Santa Catarina-Brasil, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Novembro 2003, pág. 1.

O disposto na *Carta de Lisboa sobre reabilitação urbana* procura de alguma forma contrariar essa tendência de desertificação, pois no artigo 3.º refere que a reabilitação deverá considerar o Homem como centro das preocupações aquando da recuperação do centro histórico da cidade através da sua preservação e da qualidade do edificado a intervir²⁸. Partindo do pressuposto de que “... as cidades históricas são contextos reais, há-de reconhecer-se a necessidade de consciencializar as populações, técnicos [...] sobre a importância em conservar e reabilitar/revitalizar tais contextos.”²⁹. Tais intervenções deverão ser realizadas no sentido de contrariar “... as precárias condições de habitabilidade, [...] a par da saída dos grupos etários mais jovens [...] a par da degradação do património arquitectónico ...”³⁰.

O *Projecto Integrado do Castelo* é um exemplo de um projecto de intervenção e de reabilitação que procura conciliar o edificado habitacional com o edificado patrimonial. O processo de reabilitação urbana dos bairros históricos de Lisboa tem vindo a ser realizado a pensar na melhoria das condições de vida do habitante e dos equipamentos económicos, sociais e culturais e, também, na valorização do património local no sentido de atrair o turista/visitante. Este projecto procura a “... reunificação histórico-geográfica entre a zona de “visita” ...”³¹, alvo de intervenção nos anos quarenta do século XX, com a “... zona de “habitação” (a chamada freguesia civil) ...”³² e valorizar e requalificar as suas componentes social, cultural e turística. Num âmbito mais alargado de intervenção procurou-se “Criar condições para que os indivíduos concebam o património urbano como algo mais abrangente que o tecido edificado

²⁸ “Carta de Lisboa sobre reabilitação urbana integrada”, in Lopes, Flávio; Correia, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico – cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., 2004, pág. 265.

²⁹ Menezes, Marluci; Tavares, Martha Lins, *Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano – discutindo algumas questões*, Comunicação apresentada ao “6.º Cidade revelada – Património Histórico, Arquitectura e Turismo” em Itajaí-Santa Catarina-Brasil, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Novembro 2003, pág. 8.

³⁰ Menezes, Marluci, *Levantamento social para projectos de reabilitação urbana: das formas e modos de olhar, registar, analisar e interpretar os contextos sócio-espaciais aos projectos de intervenção*, Comunicação apresentada na conferência “Metodologias de diagnóstico em reabilitação urbana”, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Fevereiro 2004, pág. 8.

³¹ *Um olhar sobre o Castelo de São Jorge. Século VII A.C. Século XX, Reabilitação urbana dos bairros históricos de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pág. 9.

³² Idem, *ibidem*.

histórico ...”³³ e fazendo parte dele “... quem nele mora, circula, trabalha ou se diverte.”³⁴.

É importante realçar de que a cada caso de intervenção no edificado habitacional e/ou patrimonial há que ter em consideração a sua tipologia; o tipo de população-alvo que se pretende cativar e a capacidade de resposta às suas necessidades materiais e pessoais; o potencial social e cultural a recuperar e a dinamizar; as condições físicas globais que a cidade apresenta, caso das acessibilidades; e os meios financeiros geradores de mercados de trabalho e de produção de serviços.

Após todas estas considerações coloca-se a questão de como a cidade de Lisboa se encontra preparada, ou não, para receber a visita de jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico? Que potencialidades apresenta o centro histórico da cidade de Lisboa para a visita de um grupo tão específico? Que possibilidades tem o jovem cidadão de interagir com o património edificado e com o seu meio envolvente, um conjunto com História? De que forma podem estes desenvolver comportamentos cívicos de protecção e de divulgação do património medieval da cidade de Lisboa?

É a resposta que este Trabalho de Projecto procura encontrar através da concepção de um roteiro pedagógico sobre património edificado medieval da cidade de Lisboa. O intuito é o de despertar os jovens estudantes para questões de cidadania e a convivência com o património cultural mas, também, para a sua protecção e divulgação numa atitude consciente da importância que este adquiriu ao longo dos séculos e da necessidade de ser preservado e usufruído plenamente³⁵, porque “A salvaguarda exprime em primeiro lugar uma vontade de solidariedade entre gerações.”³⁶.

³³ Menezes, Marluce; Tavares, Martha Lins, *Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano – discutindo algumas questões*, Comunicação apresentada ao “6.º Cidade revelada – Património Histórico, Arquitectura e Turismo” em Itajaí-Santa Catarina-Brasil, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Novembro 2003, pág. 13.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Artigo 7.º, in Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, *Diário da República*, série I-A, n.º 209, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 8 de Setembro de 2001.

³⁶ Lacroix, Michel, *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999, pág. 200.

1.1. OS OBJECTIVOS E A POPULAÇÃO-ALVO DO TRABALHO DE PROJECTO

O princípio geral da *Lei de Bases do Sistema Educativo Português* consagra no artigo 2.º que “Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura ...”³⁷ e, neste caso específico, os jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico deverão ser orientados para a formação humanística e artística³⁸ no sentido de desenvolverem “... valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas.”³⁹. A mesma *Lei* consagra no artigo 51.º que sejam previstas actividades de ocupação de tempos livres no sentido de valorizar competências pessoais de realização criativa e formativa em actividades culturais e de educação artística⁴⁰, pois a Escola desempenha uma tarefa importante na formação de cidadãos e na motivação que lhes poderá proporcionar em actividades de protecção do património cultural português⁴¹.

Num *Parecer* de 4 de Agosto de 2009 do Conselho Nacional de Educação é reforçada a ideia de que se deve “... aprofundar a consciência, a reflexão crítica, a participação e intervenção em torno das questões [...] da cidadania global, da multiculturalidade ...”⁴², para o desenvolvimento de um sentido mais alargado de pertença e onde se esbatam diferenças de origem.

Definiu-se, então, como objectivo geral para este Trabalho de Projecto a relação do cidadão com testemunhos patrimoniais. Como objectivos específicos foram

³⁷ Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, *Diário da República*, série I-A, n.º 166, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 30 de Agosto de 2005.

³⁸ Artigo 8.º, número 3, alínea b), in Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, *Diário da República*, série I-A, n.º 166, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 30 de Agosto de 2005.

³⁹ Artigo 7.º, alínea g), in Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, *Diário da República*, série I-A, n.º 166, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 30 de Agosto de 2005.

⁴⁰ Artigo 51.º, in Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, *Diário da República*, série I-A, n.º 166, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 30 de Agosto de 2005.

⁴¹ Manique, António Pedro; Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História – património e história local*, Lisboa, Texto Editora, 1.ª edição, 1994, pág. 54.

⁴² Parecer sobre Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015), Parecer n.º 4/2009, de 4 de Agosto, *Diário da República*, série II, n.º 149, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 4 de Agosto de 2009.

considerados o reconhecimento da coexistência de vestígios de diferentes povos e culturas ao longo dos séculos no centro histórico da cidade de Lisboa, a sensibilização para questões patrimoniais e as boas práticas de cidadania pelos jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico. A finalidade deste Trabalho de Projecto concretizar-se-á na elaboração de um roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa.

O roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa que se propõe neste Trabalho de Projecto destina-se aos jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico, cuja idade de frequência é, *grosso modo*, entre os nove anos e os quinze anos de idade⁴³, apesar da escolaridade obrigatória ter sido alargada para os dezoito anos de idade, independentemente do grau de escolaridade a frequentar, o que prevê casos excepcionais de frequência destes jovens no 2.º ciclo do Ensino Básico português⁴⁴.

O 2.º ciclo do Ensino Básico contempla no seu currículo de estudos a leccionação da disciplina de História e Geografia de Portugal, que tem no seu programa curricular os conteúdos programáticos que abrangem o período histórico entre a “invasão” do território português pelos muçulmanos e a sua posterior conquista por D. Afonso Henriques, com o apoio dos Cruzados, bem como a consequente formação do reino de Portugal. É, também, focado o período da crise dinástica de 1383-1385 e a importância da defesa do território português, na figura do Mestre de Avis e futuro rei de Portugal, D. João I, na procura de afirmação da independência nacional que se encontrava ameaçada com as pretensões castelhanas de ocuparem o trono português⁴⁵. Em termos cronológicos decorre desde o ano de 711, ano da instalação dos muçulmanos na cidade de Lisboa, até finais do século XIV, na aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal nas Cortes de Coimbra a 6 de Abril de 1385.

Esta temática curricular é orientada para a compreensão de factos históricos e determinados acontecimentos que foram preponderantes numa determinada época e

⁴³ Artigo 6.º, número 4, in Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, *Diário da República*, série I-A, n.º 166, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 30 de Agosto de 2005.

⁴⁴ Artigo 2.º, número 1; Artigo 2.º, número 4, alínea b), in Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto, *Diário da República*, série I, n.º 166, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 27 de Agosto de 2009.

⁴⁵ <http://www.dgidec.min-edu.pt/programs/programs.asp>, acedido em 13 de Julho de 2009.

quais os seus principais protagonistas, para num sentido mais vasto de História, adquirirem conceitos simplificados de reino e independência, de território e fronteira.

Esta decisão justifica-se, também, pelo facto de os alunos iniciarem um novo ciclo de estudos e, desta forma, diversificarem o seu plano de estudos em variadas disciplinas tais como a Matemática, a Língua Portuguesa, as “Ciências” e a História e Geografia de Portugal, ou seja, há uma nova definição de conteúdos científicos, onde vão adquirir um novo vocabulário direccionado para o objecto de estudo, de conceitos relacionados com a disciplina em questão, de competências e de referências, que permitir-lhes-á, não só, compreenderem novos factos e elementos referentes às matérias leccionadas mas, também, de serem capazes de questionar a informação que lhes é transmitida, e de interpretarem e de elaborarem textos e/ou imagens.

O currículo do 2.º ciclo do Ensino Básico também contempla as áreas curriculares de Formação Cívica⁴⁶ e de Área de Projecto⁴⁷, onde no primeiro caso o aluno é orientado para actos de cidadania, para um relacionamento saudável com a sociedade onde está inserido e, mais especificamente, com a comunidade educativa⁴⁸ que integra e, no segundo caso, deve o aluno aprofundar uma temática curricular para a criação de um projecto pessoal e/ou em grupo, podendo este ser direccionado para a área do património cultural português e, mais especificamente, sobre o centro histórico da cidade de Lisboa.

A noção de espaço para a criança vai crescendo em dimensão e em importância conforme vai sendo confrontada com as mais diversas e diferentes realidades⁴⁹. Assim, é importante que nestas idades e num momento de transição entre ciclos de estudos, o jovem estudante seja alertado para o espaço que o rodeia, não só pelo facto de nele

⁴⁶ Artigo 3.º, alínea c), in Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, *Diário da República*, série I-A, n.º 166, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 30 de Agosto de 2005.

⁴⁷ Afonso, Rosa Maria, *Guião de educação para a cidadania em contexto escolar ... Boas práticas*, Lisboa, Ministério da Educação, 2007, http://sitio.dgidec.min-edu.pt/cidadania/Paginas/guioes_Pedagógicos.aspx, acedido em 26 de Julho de 2009.

⁴⁸ Entenda-se por comunidade educativa todos os alunos da Escola, o pessoal docente, o pessoal não docente, os pais, os Encarregados de Educação, e demais instituições e entidades locais.

⁴⁹ Montessori, Maria, “L’enfant dans la cité”, capítulo IV, in Mesnin, Georges, *L’enfant, l’architecture et l’espace – de l’architecture du mépris à l’espace du bonheur*, Tournai/Bélgique, Casterman/Poche, Février 1971.

habitar mas, também, como um espaço com uma história contínua de ocupação e um local de acontecimentos que marcaram a História da cidade de Lisboa.

Aliada a esta construção espacial surge, também, a construção temporal, sendo que as crianças adquirem a noção de passagem de tempo, não só pela aprendizagem do uso do relógio, que marca o ritmo do seu dia-a-dia, e do calendário escolar mas, também, para uma percepção mais longa do tempo na sucessão de anos e séculos que dão origem a épocas históricas.

Atravessando os jovens uma fase emocional denominada como o “estádio romântico”⁵⁰, dos oito/nove anos até aos catorze/quinze anos de idade, em que questionam tudo o que os rodeia e, também, revelando algum sentido de investigação, estes poderão ser direccionados para a exploração do seu meio ambiente com um propósito patrimonial, sendo este um dos objectivos deste Trabalho de Projecto, o de proporcionar aos jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico o convívio com o património medieval da cidade de Lisboa e torná-los transmissores da importância que este mesmo património tem através de diversas e diferentes actividades e intervenções.

O conjunto destes objectivos permitiu estabelecer como estratégia a construção de um roteiro pedagógico sobre património medieval lisboeta no sentido de os jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico adquirirem competências e atitudes de participação em actividades culturais na protecção do património e no desenvolvimento de relações interpessoais pelo lugar que ocupam tanto na comunidade educativa, como na sociedade portuguesa.

Tendo como pano de fundo a cidade de Lisboa e, nomeadamente, através dos exemplos de património edificado e de raiz medieval que ainda hoje subsistem na actual malha urbana do seu centro histórico, pretende-se relatar os factos que levaram à ocupação do sítio, bem como os que levaram à construção de determinado edifício e, permitir deste modo, a revitalização de espaços antigos num novo contexto de existência através da sua visita.

Tem como âmbito geográfico o núcleo antigo da cidade de Lisboa, na actual colina de São Jorge que, *grosso modo*, engloba os hoje denominados Bairro de Alfama, Bairro do Castelo e Bairro da Mouraria, que ocupam actualmente o território das

⁵⁰ Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História*, n.º 1, Lisboa, Universidade Aberta, reimpressão, Fevereiro 1992, pág. 105.

freguesias do Castelo, da Sé, de Santiago, de São Cristóvão e São Lourenço, de São Miguel, de Santo Estêvão e da Madalena⁵¹. Com um itinerário que terá o seu início no Castelo de São Jorge, seguindo depois para o Palácio Belmonte, para o Paço a-par-de São Martinho, para a Sé de Lisboa, e depois para o Arco Escuro, e terminará no Chafariz d'el-Rei, junto à zona ribeirinha do rio Tejo. Irão ser percorridas as mais importantes artérias destes bairros e efectuar-se-ão paragens nos locais onde se localizam os edifícios de raiz medieval e será feita a sua observação exterior e, nalguns casos, a sua visita.

A visita de estudo como actividade extra-curricular é um meio de complementar matérias leccionadas em contexto de sala de aula, de desenvolver práticas participativas e de metodologias activas, que possibilitem atitudes e comportamentos solidários dentro da sociedade portuguesa.

O(a) Professor(a), ao abrir a sala de aula ao espaço público, também alarga os métodos pedagógicos de transmissão das matérias escolares, no sentido de convidar os jovens estudantes a conviverem com o património edificado presente no espaço geográfico de influência da Escola e incentiva-os, deste modo, a aplicar os conteúdos curriculares num objecto de estudo⁵². Numa pedagogia que tenha em conta a multiplicidade de épocas e de culturas, ocupam lugar privilegiado os estudos de História local⁵³, e considera-se que a educação escolar tem uma finalidade cultural, social, pessoal, produtiva e igualitária⁵⁴.

Não é o património cultural que tem que ir à Escola mas, pelo contrário, é a Escola que deve ir ao encontro desse mesmo património e torná-lo objecto preferencial de estudo. Ao estabelecer-se o diálogo entre a comunidade educativa e o contexto patrimonial, valoriza-se a prática escolar, a identidade cultural local e o meio ambiente⁵⁵.

⁵¹ www.wikipedia.org, acedido em 26 de Abril de 2009.

⁵² Manique, António Pedro; Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História – património e história local*, Educação Hoje, Lisboa, Texto Editora, 1.ª edição, 1994, pág. 25.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ Idem, pág. 8.

⁵⁵ Idem, pág. 57.

Numa aliança entre as “Ciências Históricas”, cujo fundamento é orientar para o ensino e a aprendizagem de tempos, de espaços e de acontecimentos, para uma possível, entre outros objectivos, reconstituição de antigos quotidianos, para a compreensão das causas, das interacções, das consequências e da promoção da importância do património cultural, e as “Ciências da Educação”, cujo objectivo é a implementação de metodologias de trabalho que, a partir desses tempos, desses espaços, desses acontecimentos e dessas interacções, permitam dinamizar actividades lectivas no sentido de orientar os estudantes para a aquisição de competências diversificadas de tratamento de informação, de comunicação e de compreensão histórica e, também, a sua motivação para actividades e questões de cidadania⁵⁶.

Ao jovem que é dado a conhecer o espaço onde habita, estuda e passeia, é, também, revelado o seu património local. A consciência dos valores patrimoniais é um índice de cidadania⁵⁷ e a preservação e a valorização do património permite conservar memórias, identidades e diversidades culturais⁵⁸.

Importante, também, será alertar o jovem estudante para a tomada de consciência de que os edifícios não são “estáticos”, ou seja, além da história da sua construção existe toda uma história de alterações e adulterações arquitectónicas devido às necessidades dos cidadãos que conviveram com estes edifícios quer pela via pessoal, quer pela via institucional. O edifício que hoje lhes é dado a conhecer quantas vezes não sofreu intervenções, acrescentos e “embelezamentos” conforme os gostos da época ou, ainda, conforme as teorias estéticas de reconstrução tão em voga no século XIX⁵⁹ e, já no século XX, aquando das obras realizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais⁶⁰.

⁵⁶ Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História*, n.º 1, Lisboa, Universidade Aberta, reimpressão, Fevereiro 1992, págs. 22, 30, 34, 40 e 108.

⁵⁷ Jorge, Vítor Oliveira, *Arqueologia, património e cultura*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000, pág. 41.

⁵⁸ Leite, Ana Cristina, “Lisboa: memórias da cidade intangível”, in Ramos, Manuel João (coordenação), *A matéria do património – memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri, Dezembro 2003, págs. 23-27.

⁵⁹ Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e John Ruskin (1819-1900) foram protagonistas no século XIX de teorias diametralmente opostas e polémicas quanto à recuperação de edifícios históricos. Choay, Françoise, *L’urbanisme, utopies et réalités – une anthologie*, France, Éditions du Seuil, sem data.

⁶⁰ Obras realizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no âmbito das Comemorações do Centenário da Fundação de Portugal em 1147 e da Restauração da Independência em 1640, http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

1.2. O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LISBOA - DO SÍTIO AO EDIFÍCIO

Ao nome de “Lisboa” é atribuída uma derivação latina, pois *lix* significa “água” e o sítio seria rico em águas quentes e minerais, “... água apesar de em muitas partes ser mineral, e sulphurica, como se vê nos banhos das alcaçarias pertencentes ao Duque do Cadaval ...”, daí Lixbona ou Lisboa querer dizer “Boa Agoa”⁶¹.

O nome de “Lisboa” encontra-se registado na lápide do Chafariz do Andaluz de 1336, do reinado de D. Afonso IV (1325-1357), e num tornez de D. Fernando I (1367-1383)⁶².

A toponímia e a topografia de um “lugar” possibilitam o “refazer” a sua história pelo facto de ainda subsistirem determinados topónimos antigos nas ruas e largos nas localidades de hoje. A “Geografia Humana” e a “Geografia Histórica” são duas vias de estudo de um povoamento e das suas diversas fases de desenvolvimento⁶³, uma vez que, por exemplo, através da análise de diversos e diferentes e, por vezes, frequentes topónimos, é possível fazer-se a reconstituição estratigráfica e cronológica de um “lugar” e, assim, compreender as suas alterações ambientais e humanas, exercidas pela exploração de territórios, pela ocupação de espaços especializados e pela evolução de quotidianos⁶⁴.

Território de sete colinas e de relevo acidentado, abraçado pelo rio Tejo e virado para o oceano Atlântico, Lisboa estava, e ainda hoje assim o é, localizada num sítio da margem direita do rio Tejo, naturalmente rico e facilmente defensável⁶⁵. Implantada no

⁶¹ Sousa, Arlindo de, *Novos elementos para o estudo da origem do nome Lisboa*, Lisboa, Biblioteca de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa, 1968, pág. 54.

⁶² Idem, pág. 97.

⁶³ Ferro, Gaetano, *Sociedade humana e ambiente, no tempo – temas e problemas de geografia histórica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, pág. 128.

⁶⁴ Idem, *ibidem*. Manique, António Pedro; Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História – património e história local*, Educação Hoje, Lisboa, Texto Editora, 1.ª edição, 1994. págs. 74-75.

⁶⁵ Calado, Maria (coordenação), *Atlas de Lisboa – a cidade no espaço e no tempo*, Lisboa, Contexto Editora, Lda., Novembro 1993, pág. 8. Ribeiro, Orlando, *Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 2.ª edição revista e actualizada, 1963, págs. 37 e 136.

alto de uma colina, cresceu de forma irregular, devido à adaptação de habitações e de hortas à sua topografia de encostas íngremes e que se estendiam em direcção a vales e ribeiras por entre caminhos e margens, e que atraía gentes e comércio num rio facilmente navegável até ao seu interior e que desaguava num oceano cheio de potencialidades económicas⁶⁶.

Dos testemunhos materiais com origem muçulmana, sobreviveram algumas estruturas e objectos quotidianos e que a Arqueologia⁶⁷ vai pondo a descoberto, bem como a malha urbana de uma cidade de ruas estreitas e íngremes, muito condicionada pela sua topografia.

As habitações islâmicas, com pátios interiores, sucediam-se encostadas umas às outras em becos e ruas estreitas, e em zonas de fácil defesa⁶⁸. As fachadas pobres contrastavam com os ricos interiores, pois os pátios das cidades árabes eram pequenos mundos familiares, lugares de socialização e de boa vizinhança, e muito característicos do modo de vida das comunidades mediterrânicas⁶⁹.

O desenvolvimento urbanístico da Lisboa medieval islâmica obedeceu a uma matriz comum a muitas outras cidades do Mediterrâneo⁷⁰. Estando a alcáçova no ponto mais alto da colina, o centro do poder, era servida de bairros aristocráticos e comerciais, e de artesãos e pescadores nos arrabaldes junto às vias terrestres e marítimo-fluviais nas zonas mais baixas⁷¹. A medina era, assim, dinamizada pelas mesquitas, pelos banhos públicos e pelo comércio junto aos locais onde depois se construíram as catedrais medievais⁷². Surgiu desta forma a oposição entre a “alta” e a “baixa” na malha urbana

⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁷ Matos, José Luís de, “As escavações no interior dos claustros da Sé”, in *O livro de Lisboa*, Moita, Irisalva (coordenação), Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Dezembro 1994, págs. 32-34.

⁶⁸ Ribeiro, Orlando, *Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 2.^a edição revista e actualizada, 1963, pág. 36. Leite, Ana Cristina; Vilhena, João Francisco, *Pátios de Lisboa - aldeias entre muros*, Lisboa, Gradiva, Novembro 1991, pág. 6.

⁶⁹ Leite, Ana Cristina; Vilhena, João Francisco, *Pátios de Lisboa - aldeias entre muros*, Lisboa, Gradiva, Novembro 1991, pág. 6.

⁷⁰ Rossa, Walter, “A cidade portuguesa”, in Pereira, Paulo (direcção), *História da arte portuguesa*, volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, págs. 233-323.

⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁷² Idem, *ibidem*.

portuguesa, a marca principal no perfil da cidade islâmica que Lisboa herdou, a mesquita e o *suq*, com o seu largo, a praça ou a rua destinados ao comércio, que constituíam a alma da medina, “... numa aproximação do espaço urbano às zonas portuárias possibilitada por uma versão islâmica do *mare nostrum*.”⁷³.

Os arredores de Lisboa eram compostos de campos de cultivo fértil, tais como o cereal, a oliveira, o pinheiro e as hortas, criando uma dinâmica de abastecimento da cidade pelo campo⁷⁴.

Até ao ano de 1147 reconstruíram-se algumas estruturas fortificadas mouras, sendo do século XII a mais antiga referência documental, do geógrafo árabe Idrici, sobre a existência de um castelo em Lisboa e de uma cintura de muralhas, em que a cidade muçulmana tinha cinco portas, como a Porta do Ferro no actual Largo de Santo António da Sé, perto da mesquita, sendo que fora da zona muralhada surgiam habitações que desciam pela encosta até ao de porto de abrigo da cidade e onde carpinteiros e calafates construíam e reparavam embarcações; a Porta da Alfafa ou do Postigo no cimo de um íngreme caminho, hoje as Escadinhas de São Cristóvão, onde estaria um dos cemitérios cristãos-moçárabes da cidade e começaria o arrabalde dos Moçárabes ou de Santa Maria de Alcamim; a Porta do Mar no actual Arco Escuro à entrada da Rua dos Bacalhoeiros, e ao tempo onde entrava as águas na maré-alta; a Porta de Alfama ou da fonte termal devido ao facto de aí se encontrarem nascentes de água quente, situava-se no extremo oriental da actual Rua de São João da Praça e estava protegida por uma grande torre albarrã, e onde existiam as lojas dos prateiros, dos ourives, das sedas e dos brocados, e as alcaçarias onde também eram cobradas as taxas alfandegárias, sendo que aqui começava outro populoso arrabalde que incluía a chamada Judiaria de Alfama e extra-muros da cerca moura⁷⁵; a Rua do Cemitério ou do Almocávar, possivelmente a Porta do Sol virada a nascente, abria para o almocávar que

⁷³ Idem, *ibidem*.

⁷⁴ Ribeiro, Orlando, *Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 2.^a edição revista e actualizada, 1963, pág. 167.

⁷⁵ Fonseca, Luís Adão da, “Lisboa medieval e o seu termo”, in *Lisboa subterrânea*, Itália, Lisboa capital europeia da cultura '94, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, 1994, págs. 86-91. Rei, António, “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico (714-1147)”, in *A nova Lisboa medieval*, Lisboa, Coordenação do Núcleo Científico de Estudos Medievais e do Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Novembro 2005, págs. 25-42.

se encontrava nas encostas sobranceiras a São Vicente e sobrepunha-se a antigas necrópoles paleocristãs⁷⁶.

Alguns relatos da época, tal como a *Crucesignati anglici epistola de expugnatione olisiponis* (atribuída ao cruzado Osberno), referem que as estruturas de defesa da cidade de Lisboa eram constituídas por “... uma muralha circular, e os muros da cidade descem pela encosta, à direita e à esquerda até à margem do Tejo.”. Já Fernão Lopes na sua *Crónica do Senhor Rei D. Fernando* e, mais exactamente, no capítulo LXXIII, diz que “... a Cerca velha [...] é desde a porta do Ferro até à porta de Alfama ...”, máxima paralela ao Tejo, e “... desde o chafariz d’El-Rei até à porta de Martim Moniz.”, máxima perpendicular àquela⁷⁷.

Ao conceito historiográfico de “reconquista”, que não era mais que o voltar a ocupar antigos territórios cristãos, está aliado o conceito de “repovoamento”, no sentido de restabelecimento de unidades familiares tradicionais na ocupação de espaços, pois as campanhas militares também funcionavam como ocupação efectiva do território e na fixação de populações, bem como o abastecimento das fortalezas conquistadas que garantiam a defesa das fronteiras⁷⁸. Tomando como exemplo o antigo território norte-cristão da Península Ibérica, onde as populações autóctones procuraram sempre resistir às sucessivas vagas de invasores, caso dos Godos, a esse espaço começaram também a chegar os cristãos do Sul que de alguma forma tentaram escapar à “perseguição religiosa” da dominação muçulmana e, conseqüentemente, mais tarde procuraram avançar no território de Norte para Sul na recuperação de terras e na afirmação dos seus antigos líderes⁷⁹.

⁷⁶ Fonseca, Luís Adão da, “Lisboa medieval e o seu termo”, in *Lisboa subterrânea*, Itália, Lisboa capital europeia da cultura '94, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, 1994, págs. 86-91. Torres, Cláudio; Macías, Santiago, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, S.A. e autores, Edição n.º 4652, Julho 1998, pág. 99. Azevedo, Pedro A. de, “Do Areeiro à Mouraria (topographia historica de Lisboa)”, in Vasconcellos, J. Leite de, *O Archeologo Português*, Collecção Illustrada de Materiaes e Notícias, volume V, Lisboa, Museu Ethnologico Português, Imprensa Nacional, 1900, págs. 212-278.

⁷⁷ Santana, Francisco; Sucena, Eduardo (direcção), *Dicionário da história de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., 1994, págs. 261-262.

⁷⁸ Mattoso, José, “Portugal no reino asturiano-leonês”, in Mattoso, José (direcção), *História de Portugal – antes de Portugal*, volume I, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, págs. 439-565.

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

A 25 de Outubro de 1147, D. Afonso Henriques tomou a cidade de Lisboa aos Mouros e sagrou o chão à religião cristã no local da antiga mesquita grande. Sendo esta a única obra mandada construir pelo rei, teve como mestre o arquitecto Frei Roberto e como primeiro bispo Gilberto de Hastings⁸⁰.

O espaço integrante da antiga cerca moura vai então sofrer alterações, pois viu-se transformada em estrutura de povoamento feudal onde o centro era a alcáçova real com edifícios religiosos e onde existia, também, uma zona administrativa e aristocrática, além de uma zona de serviços. “As antigas moçarabias evoluíram para comunas no sentido de integração feudal-cristã que com o tempo a transformou no concelho cristão e com autonomia política e económica [...] hoje permanece sob protecção de São Vicente, bandeira de moçárabes.”⁸¹, sendo estes os responsáveis pela trasladação das relíquias do Santo para Lisboa, segundo relato de Estêvão, chantre da Sé de Lisboa⁸².

Alfama, a que corresponde o termo árabe *alhama*, cujo significado atribuído é o de “fonte quente” era, segundo Idrisi, na *Geografia* (1139-1154), o centro da cidade islâmica onde existiam nascentes sulfurosas, que eram usadas conforme as necessidades quotidianas ora em banhos quentes à beira do porto, ora nas alcaçarias para a preparação das peles e fabrico de têxteis, e que se guardavam num armazém visionado pelo Almotacé, terceiro na hierarquia da cidade⁸³.

A meados do século XIII, ocupado o Algarve, o território português adquire a sua actual configuração e Lisboa é a principal cidade, mesmo sem ser a sua capital oficial, pois o rei e a corte deambulavam pelo país e com eles o centro do poder político e administrativo⁸⁴.

⁸⁰ Villamariz, Catarina, “A Sé de Lisboa e a arquitectura claustral”, in *A nova Lisboa medieval*, Lisboa, Coordenação do Núcleo Científico de Estudos Medievais e do Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Novembro 2005, págs. 153-164.

⁸¹ Matos, José Luís de, *Lisboa islâmica*, Lisboa, Instituto Camões, 1999, pág. 11.

⁸² Idem, págs. 23-24.

⁸³ Idem, pág. 9. Oliveira Marques, A. H. de, *Novos ensaios de história medieval portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, Lda., 1988. Ramalho, Elsa Cristina; Lourenço, Maria Carla, *As águas de Alfama – memórias do passado da cidade de Lisboa*, Lisboa, Revista da APRH, 2006, págs. 1-2, <http://repositorio.lneg.pt/bitstream/10400.9/445/1/33608.pdf>, acedido em 10 de Junho de 2010.

⁸⁴ Brito, Raquel Soeiro de, *Lisboa – esboço geográfico*, separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, III série, n.º 82, Lisboa, Ramos, Afonso e Moita, Lda., 1976, pág. 17.

Em 1373, quando Henrique II de Castela cercou Lisboa, a cidade tinha apenas a cerca “velha” ou moura e defendia uma área habitada de 15,68 km² no lado Sul da colina do castelo e fora dessa cerca ficavam os arrabaldes “... des a porta do ferro ataa porta de santa catellina, e des a torre dalfama ataa porta da cruz, na qual moravam mujtas gentes avomdadas de granddes riquezas e beens.”⁸⁵.

A cerca “fernandina” erigida entre 1373 e 1375 abrangia uma área total de 103,60 km², bem maior que os 15,68 km² da cerca “velha”, pois integrava 5,35 km de muralha, setenta e sete torres, e trinta e oito portas ou postigos⁸⁶, com o lanço oriental de 2,665 km² e o lanço ocidental de 6,127 km², integrava quase todas as edificações existentes e ainda havia espaço no seu interior para a cidade se expandir⁸⁷.

Fortemente condicionada pelo relevo, Lisboa na chamada zona da “baixa” centralizada num vale profundo aqui se divide em duas áreas, a da actual Avenida da Liberdade e outra na Rua da Palma-Avenida Almirante Reis, e que separam então as colinas do castelo que seguem pela zona da Graça e da Penha de França e por Santana e São Roque⁸⁸. Daqui a cidade “... extravassou para ambos os lados e ocupava agora cerca de sete vezes a área das defesas antigas.”, aglutinando Alfama dentro das novas muralhas⁸⁹.

A cerca “nova” foi construída em alvenaria quer com paredes maciças, quer por dois muros paralelos de meio metro de espessura e preenchidos com taipa bem calcada⁹⁰. Com mais de uma légua de circuito e constituída por numerosas torres e

⁸⁵ Santana, Francisco; Sucena, Eduardo (direcção), *Dicionário da história de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., 1994, págs. 259-261.

⁸⁶ Idem, *ibidem*.

⁸⁷ Martins, Miguel Gomes, “Lisboa ribeirinha. Principais factores de modelação espacial” in *O município de Lisboa e a dinâmica urbana, séculos XVI-XX*, Actas das sessões do I colóquio temático, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, págs. 315-331.

⁸⁸ Brito, Raquel Soeiro de, *Lisboa – esboço geográfico*, separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, III série, n.º 82, Lisboa, Ramos, Afonso e Moita, Lda., 1976, pág. 24.

⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁹⁰ Silva, Augusto Vieira da, *A cerca fernandina de Lisboa*, volume I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948, pág. 18.

portas, das quais vinte e duas estavam viradas para o mar, era o grande sistema de defesa de Portugal⁹¹.

No ano de 1378 é feita a primeira referência bibliográfica à Torre do Tombo para uso como arquivo régio e na sequência do levantamento de 1383-1385, o castelo é entregue ao Mestre de Avis, passando a denominar-se de Castelo de São Jorge⁹². A 6 de Abril de 1385, nas Cortes de Coimbra, é aclamado como D. João I e rei de Portugal, dando início a uma nova dinastia, a de Avis⁹³.

A zona da ribeira, local da primeira expansão territorial da cidade através da conquista de terrenos ao rio Tejo quer por atulhamento, quer por assoreamento, funcionou como centro administrativo e comercial até finais do século XIV e o Concelho aí se instalaria, junto do pelourinho, provisoriamente, evidenciando assim a sua importância espacial⁹⁴.

Os habitantes da cidade de Lisboa dividiam-se em três credos aí professados, à semelhança de outras cidades, sendo que a maioria passaria a ser a comunidade cristã em detrimento da comunidade muçulmana, e logo as famílias mais abastadas viajaram para reinos onde ainda detinham primazia social e económica⁹⁵.

Os Judeus, apesar de não serem bem recebidos pelo comum cidadão, tornar-se-iam imprescindíveis ao poder central⁹⁶. A Judiaria ou a Rua da Judiaria, dependendo do seu tamanho, poderia ocupar lugares fulcrais no núcleo urbano: “... as áreas judaicas eram hierarquizadas sobretudo pela presença da sinagoga [...] açougues, a casa da

⁹¹ Brito, Raquel Soeiro de, *Lisboa – esboço geográfico*, separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, III série, n.º 82, Lisboa, Ramos, Afonso e Moita, Lda., 1976, pág. 25.

⁹² Janeiro, Helena Pinto, *Lisboa – freguesia do Castelo*, Lisboa, Guias Contexto, Outubro 1993.

⁹³ Idem, *ibidem*.

⁹⁴ Martins, Miguel Gomes, “Lisboa ribeirinha. Principais factores de modelação espacial”, in Liberato, Maria João (colaboração), *O município de Lisboa e a dinâmica urbana, séculos XVI-XX*, Actas das sessões do I colóquio temático, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, págs. 315-331.

⁹⁵ Brito, Raquel Soeiro de, *Lisboa – esboço geográfico*, separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, III série, n.º 82, Lisboa, Ramos, Afonso e Moita, Lda., 1976, pág. 23.

⁹⁶ Andrade, Amélia Aguiar, “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”, in *Homenagens FLUP, Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*, volume 3, Organização Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, págs. 143-163.

atafona, os banhos, ou com pólos administrativos como era o caso da cadeia ou da casa do rabi.”⁹⁷.

A chamada Judiaria Velha ou Grande de Lisboa, ao tempo do reinado de D. Afonso III (1248-1279), situar-se-ia no “... valle da cidade baixa, entre a rua nova e a igreja de S. Nicolau, e entre a igreja da Magdalena e a de S. Julião [...]. Ficava a esnoga ou synagoga grande da judiaria velha perto da igreja da Magdalena, ...”⁹⁸. Em 1379 e no reinado de D. Fernando I (1367-1383) surge uma quarta Judiaria que “... ficava ella no sítio de Alfama, perto da torre de S. Pedro, d’onde resultou chamar-lhe judiaria de Alfama - ... chão que elle (rei) há na judiaria de Alfama, que parte com o muro da parte do mar, e com o muro da villa, e com o muro da torre de S. Pedro, e com o chão da sé (1379).”⁹⁹.

Das noventa e uma cortes realizadas entre os anos de 1211 e de 1580, trinta celebraram-se em Lisboa o que ressalta a sua importância como centro político e económico do reino expresso no número dos seus mesteiros, no volume de transacções comerciais e no número de navios nacionais e estrangeiros que frequentavam o seu porto¹⁰⁰.

Dos forais da cidade de Lisboa destaca-se o foral do ano de 1170 atribuído aos “Mouros forros” para a sua plena integração no sistema político-tributário cristão¹⁰¹, destacando a tolerância à sua religião, à sua profissão e à posse de bens. Os que viviam na encosta do castelo, na Mouraria, até ao ano de 1496 tiveram alcaide, escrivão, açougue, mesquita e cemitério privativo¹⁰². Desta forma reforçavam-se solidariedades no território recém-conquistado e protegia-se Lisboa do perigo Almóada, que

⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁹⁸ Silva, Augusto Vieira da, “A judiaria velha de Lisboa - estudo topographico sobre a antiga Lisboa” in Vasconcellos, J. Leite de, *O Archeologo Português*, Collecção Illustrada de Materiaes e Notícias, volume V, Lisboa, Museu Ethnologico Português, Imprensa Nacional, 1900, págs. 305-326.

⁹⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁰ Raquel Soeiro de Brito, *Lisboa – esboço geográfico*, separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, III série, n.º 82, Lisboa, Ramos, Afonso e Moita, Lda., 1976, pág. 17.

¹⁰¹ Silva, Carlos Guardado da, *Lisboa medieval – a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, Março 2008, pág. 130.

¹⁰² Brito, Raquel Soeiro de, *Lisboa – esboço geográfico*, separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, III série, n.º 82, Lisboa, Ramos, Afonso e Moita, Lda., 1976, pág. 23.

frequentemente ameaçava a linha fronteira formada pelo rio Tejo, vindo dos territórios mais a Sul¹⁰³. Prova desse facto são as confirmações de forais de D. Sancho I nos anos de 1186 e de 1187, e de D. Dulce e das suas filhas em 1186, onde se procuraram reforçar os laços com os “Mouros forros” de Lisboa, de Almada, de Palmela e de Alcácer do Sal¹⁰⁴.

Lisboa também se vai demarcando como um dos centros religiosos do reino português, sendo que quanto à reclusão masculina os primeiros testemunhos reportam-se à primeira metade do século XIII e a locais associados com a conquista cristã da cidade, ou seja, os antigos acampamentos de Cruzados associados a um Patrono que deram origem a igrejas cristãs¹⁰⁵. Quanto ao caso feminino, a decisão recai maioritariamente nos núcleos urbanos como local de reclusão voluntária pelas mulheres leigas¹⁰⁶.

2. A CONSTRUÇÃO DO ROTEIRO PEDAGÓGICO SOBRE PATRIMÓNIO MEDIEVAL DA CIDADE DE LISBOA PARA OS JOVENS ESTUDANTES DO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Na elaboração de um Trabalho de Projecto, cuja finalidade é a sua posterior aplicação prática, há que pensar primeiro que tudo na possibilidade da sua realização, ou não, pois o objecto de estudo e a população-alvo podem ser decisivos para o possível sucesso, ou não, da construção de um roteiro pedagógico sobre património cultural.

A construção de um roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa para jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico tem simultaneamente

¹⁰³ Silva, Carlos Guardado da, *Lisboa medieval – a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, Março 2008, págs. 130-131.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁵ Fontes, João Luís Inglês, “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média”, in Krus, Luís; Oliveira, Luís Filipe; Fontes, João Luís (coordenação), *Lisboa medieval – os rostos da cidade*, Actas do II colóquio “A nova Lisboa medieval”, n.º 45, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Livros Horizonte, Lda., Outubro 2007, págs. 259-277.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

potencialidades e limitações devido, essencialmente, à população-alvo a que o mesmo se destina.

Se à primeira observação este roteiro pretende ser um trabalho diferente na abordagem à questão patrimonial, devido no essencial à forma como foi pensado e construído, ou seja, partindo de uma fotografia aérea do local a visitar e com informação sobre os edifícios a visionar logo surgem as dificuldades na adequação dos conteúdos a descrever nos textos e até na própria linguagem a utilizar. Sendo este roteiro destinado a uma faixa etária que abrange, *grosso modo*, os nove e os quinze anos de idade, de que forma clara e objectiva se consegue transmitir uma mensagem com cariz patrimonial?

A natureza dos jovens é a de serem irrequietos e curiosos ao mesmo tempo, mas, também, a de serem receptivos a tudo o que é novo e diferente. Assim, o material apresentado tem que ser apelativo, sem nunca perder o seu rigor científico e pedagógico, além de que deve ser de fácil manuseio, um objecto prático e de uso quotidiano.

As visitas de estudo dos jovens estudantes a “lugares” com património devem ser organizadas de forma criativa e pautarem-se pela acção e pelo ensino concreto, devido à sua natureza exploratória, de forma a satisfazerem-se necessidades de formação individual e reforçarem-se comportamentos do “saber-ser”¹⁰⁷.

Fazendo da visita ao centro histórico da cidade de Lisboa uma visita pela descoberta, os protagonistas são, então, os jovens estudantes que são guiados com um objectivo pré-definido no sentido de serem capazes de responder a um conjunto de questões sobre o local. O roteiro de património torna-se, então, o seu guião através do espaço físico, que lhes irá possibilitar compreender a noção da passagem do tempo. Também se pretende orientar os jovens estudantes para a observação de mapas sobre o sítio de Lisboa e, assim, permitir-lhes a visualização de espaços ocupados por diferentes povos, à mesma época, ou não.

A construção do exemplar do roteiro teve como ponto de partida o levantamento bibliográfico de estudos realizados sobre os edifícios identificados como sendo de época medieval, bem como sobre a história do sítio de Lisboa e a sua evolução.

¹⁰⁷ Miranda, Jorge Morales, *Guía práctica para la interpretación del patrimonio – el arte de acercar el legado natural e cultural al público visitante*, Sevilla, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura - E.P.G., Difusión Monografías, 2.ª edição, 2001, pág. 79.

Numa segunda fase de construção do roteiro foi necessário decidir o âmbito geográfico do local a visitar, ou seja, o núcleo antigo do centro histórico da cidade de Lisboa que integra o Bairro de Alfama, o Bairro do Castelo e o Bairro da Mouraria que circunscrevem o território das freguesias do Castelo, da Sé, de Santiago, de São Cristóvão e São Lourenço, de São Miguel, de Santo Estêvão e da Madalena¹⁰⁸.

Numa terceira fase foi realizada a visita ao centro histórico da cidade de Lisboa com o intuito de identificar e fotografar os edifícios de época medieval. Foram, também, visitados alguns destes edifícios, pois encontram-se abertos à visita ao público em geral.

Numa quarta fase e tendo como referência os estudos efectuados sobre a história das edificações medievais, o seu local de implantação e a sua classificação patrimonial de acordo com a *Lei de Bases do Património Cultural Português*, foi possível fazer a selecção das construções a integrarem o roteiro pedagógico de património quer pelo facto da vivência que lhes foi dada num determinado momento da História da cidade de Lisboa, quer pela sua importância arquitectónica e artística como exemplo de uma tipologia de construção.

Assim sendo, foram seleccionados o Castelo de São Jorge, a Sé de Lisboa, o Paço a-par-de São Martinho, o Palácio Belmonte, o Chafariz d'el-Rei e o Arco Escuro para integrarem o roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa.

Numa quinta fase de construção do roteiro foi feita uma nova deslocação ao centro histórico para ser definido o itinerário do roteiro pedagógico. Foram percorridas ruas, calçadas e escadinhas no sentido de identificar a sua toponímia, perceber a topografia do sítio e a actual dinâmica de vivência no núcleo antigo e, mais especificamente, nos Bairros de Alfama, do Castelo e da Mouraria.

Ao estabelecerem-se estratégias de visita aos edifícios, que assim o possibilitam, foi possível fazer uma melhor adequação dos pontos de observação, da introdução histórica, e do tempo a despender na deambulação pelo sítio e pelo edifício, pois era prioritário adequar a sua exploração tanto pela idade da população-alvo, como pelo propósito da sua deslocação.

A distribuição dos tempos de exposição por parte dos acompanhantes dos alunos, de observação e de visita aos edifícios foi calculada tendo em conta a

¹⁰⁸ www.wikipedia.org, acedido em 26 de Abril de 2009.

quantidade e a qualidade de informação a transmitir acerca da história do edifício e a importância que teve na História da cidade de Lisboa. Assim, foi decidido que o Castelo de São Jorge e a Sé de Lisboa seriam os monumentos onde os alunos permaneceriam mais tempo, sendo que o Arco Escuro e o Chafariz d'el-Rei seriam apenas locais de passagem e término do percurso, pois havia que fazer uma distribuição harmoniosa de conteúdos, mas sem que os alunos perdessem o interesse ou pela informação, ou pelo objecto de estudo em si.

Este percurso tem prevista a duração máxima de três horas devido a algumas dificuldades inerentes ao espaço a percorrer, primeiro pelo grupo etário a que se destina e, segundo, pelas características do sítio a visitar, pois é composto por algumas ruas íngremes e escadinhas.

A primeira dificuldade na construção do roteiro surgiu com a delimitação geográfica de influência do percurso a realizar pelos jovens estudantes, pois o centro histórico da cidade de Lisboa e, mais especificamente, a sua malha urbana têm sido bastante alterados ao longo dos séculos quer pela sucessiva ocupação de espaços, quer pela contínua degradação do edificado.

A segunda dificuldade surgiu ao decidir-se quais os edifícios a integrarem o roteiro pedagógico, que resulta da escolha da cronologia deste trabalho, ou seja, o período medieval da cidade de Lisboa, pois muitos destes edifícios foram sendo alterados nas suas plantas e adulterados nas suas fachadas quer pela acção da natureza, caso do terramoto de 1 de Novembro de 1755, quer pela intervenção humana na readaptação de edificações ou na procura de “melhoramentos” estéticos.

Uma terceira dificuldade deveu-se à população-alvo que o roteiro pedagógico pretende contemplar, pois este foi pensado para ter em consideração a integração dos conteúdos curriculares do 2.º ciclo do Ensino Básico e mais propriamente da disciplina de História e Geografia de Portugal, alargando-o a um trabalho de compreensão da importância histórica e patrimonial do centro histórico da cidade de Lisboa e, também, a um desenvolvimento de comportamentos cívicos de protecção e de construção de identidade e formação pessoal.

A transposição de toda esta informação para a construção em suporte informático e depois em suporte material do roteiro pedagógico provocou algumas dificuldades de composição, pois haveria que pensar no seu fácil manuseamento, na sua

apresentação atractiva e no seu carácter pedagógico e lúdico. Aquando da elaboração dos textos informativos foi necessário torná-los descritivos e sucintos, com uma linguagem acessível mas, sem perder o seu rigor pedagógico, a fim de os alunos acompanharem a exposição do(a) Professor(a). A nível da composição gráfica houve que pensar na distribuição equilibrada de informação e na sua fácil leitura, integrando fotografias do edifício e/ou da sua envolvente para uma melhor compreensão da ocupação do sítio e da sua evolução histórica.

O roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa¹⁰⁹ tem o formato A5 (152 x 210 mm) e é composto de capa, de fichas de trabalho, de um questionário, de glossário e de contracapa, em diferentes cores e encadernado com espiral plástica e acetatos.

A capa tem uma imagem estilizada da antiga Porta do Mar, hoje Arco Escuro, e informação sobre o nome do Trabalho de Projecto, do curso, da autora e do estabelecimento de ensino. O verso da capa tem um texto introdutório sobre a importância do património cultural e, nomeadamente, do património medieval da cidade de Lisboa, e é dirigido na primeira pessoa aos jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico.

As fichas de trabalho foram elaboradas a pensar na instrução pedagógica e educacional dos jovens estudantes. Num total de seis, versam cada uma sobre um monumento escolhido para objecto de estudo e contêm uma memória descritiva sobre a história do edifício e do sítio de implantação, bem como um grupo de questões de resposta directa e/ou de desenvolvimento e caixa de desenho, a que os jovens estudantes irão respondendo durante a visita ou, então, completá-las-ão em contexto de sala de aula, pois pretende-se que sejam criadas dinâmicas de trabalho de exploração durante a visita, direccionadas para os conteúdos curriculares. As fichas também incluem fotografias dos edifícios a observar e de outros locais circundantes a percorrer, bem como uma frase-chave de cor vermelha que funciona como um slogan em defesa do património cultural português, “O património é um bem de todos. Vamos protegê-lo.”.

O pequeno questionário em forma de destacável, que os alunos deverão preencher e devolver no fim da visita ao(à) Professor(a), tem dois quadros com resposta

¹⁰⁹ Consultar o roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa inserto na bolsa no verso da contracapa.

a assinalar por uma cruz, e uma pergunta onde poderão relatar a sua opinião e/ou fazerem sugestões.

A contracapa tem impressa uma fotografia aérea¹¹⁰ do centro histórico da cidade de Lisboa com a indicação, por ordem numérica e dentro de uma pequena caixa de texto, dos monumentos a observar e/ou a visitar quando tal for permitido. A decisão de inclusão de uma fotografia aérea do centro histórico da cidade de Lisboa foi feita a pensar na melhor visualização possível do sítio a percorrer, pois as novas tecnologias também estão ao serviço da memória e o jovem estudante também poderá fazer da sua exploração uma mais valia para o aprofundar dos seus conhecimentos¹¹¹. No verso da contracapa existe um pequeno glossário¹¹² de termos referenciados nas fichas de trabalho.

Tendo como início de itinerário o Castelo de São Jorge, no alto da colina de São Jorge, aqui irá ser feita a observação de uma fotografia aérea do centro histórico da cidade de Lisboa e a introdução à sua História, para compreensão da ocupação do sítio e a importância da zona da alcáçova como centro político, económico e religioso. Em seguida os alunos irão percorrer algumas ruas do castelo e muralhas. Depois irão observar as ruínas de habitações muçulmanas no Núcleo Arqueológico do Castelo. Por fim visitarão o Núcleo Museológico do Castelo onde outrora funcionava o Paço Real da Alcáçova para observação do seu interior e de alguns materiais aí expostos sobre o quotidiano medieval lisboeta, tais como candis, pratos, bilhas, moedas, telhas, etc.. Neste monumento serão despendidos dez minutos para a introdução ao local, vinte e cinco minutos para o percurso no castelo e nas ruínas arqueológicas, e quinze minutos para visita à sala de exposição dos materiais arqueológicos, sendo que a ficha de trabalho servirá como apoio à visita.

¹¹⁰ <http://scrif.igeo.pt/2004/mapasGooglepeter.asp?x=112959.7&y=194573.6>, acedido em 16 de Agosto de 2009.

¹¹¹ Leite, Ana Cristina, “Lisboa: memórias da cidade intangível”, in Ramos, Manuel João (coordenação), *A matéria do património – memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri, Dezembro 2003, págs. 23-27.

¹¹² Consultar o roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa inserto na bolsa no verso da contracapa.

“Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa”¹¹³ é a designação oficial deste conjunto monumental que é propriedade estatal, de tipologia de arquitectura militar, em estilo românico e gótico. Está situado no alto da colina de São Jorge, na freguesia do Castelo e foi classificado como Monumento Nacional¹¹⁴ e beneficia de uma Zona Especial de Protecção¹¹⁵. O seu acesso faz-se pela Rua do Chão da Feira, pelo Largo Rodrigues de Freitas, pela Rua de Santa Cruz e pela Rua das Cozinhas. É um monumento de planta rectangular composto por castelo, muralha que circunda a cidadela, esplanada, passeio e cercas¹¹⁶. Um muro recto com adarve e ameias de direcção Norte-Sul divide o castelo em Praça de Armas de planta rectangular, sendo que na praça a Oeste duas escadas de pedra dão acesso ao adarve e na muralha Norte fica a Porta da Traição¹¹⁷. A porta principal do castelo é em arco pleno, acessível por uma ponte e acede a um pequeno pátio. A cidadela envolve pelos lados Este e Sul o castelo e é limitada a Norte, a Este e a Sul por uma cintura de muralhas com ameias que integram seis torres e dois cubelos semi-circulares¹¹⁸.

No século VIII deu-se a adaptação das fortificações, do castelo e das muralhas pelos muçulmanos¹¹⁹. A cerca moura ou “velha” atravessava as freguesias de Santa Cruz do Castelo, de São Tiago, da Madalena, da Sé e de São João da Praça, existindo ainda hoje sete lanços de muralha, treze torres ou cubelos, e três portas ou arcos¹²⁰. A cerca moura, que limitava a cidade muçulmana de Achbounah, ocupava “... o monte do Castelo de São Jorge e a sua vertente Sul até ao rio Tejo tinha uma planta vagamente trapezoidal, com os lados paralelos na direcção Leste-Oeste e os outros lados

¹¹³ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹¹⁴ Monumento Nacional, Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910, *Diário Geral*, n.º 136, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 23 de Junho de 1910.

¹¹⁵ Artigo 43.º, in Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, *Diário da República*, série I-A, n.º 209, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 8 de Setembro de 2001.

¹¹⁶ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*.

¹²⁰ Araújo, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, fascículo 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1945, pág. 11.

convergentes na direcção Sul-Norte.”¹²¹. Os muçulmanos distinguiram-se na arquitectura militar, pois introduziram novos elementos estruturais, tais como as barbacãs, os adarves, as cárcovas, as torres-couraça para aguada, as portas “sifonadas” ou em “cotovelo”, e que junto com o uso da taipa, inovaram a imagem da cidade medieval de Lisboa¹²².

No limiar do século XIV, D. Dinis transformou a alcáçova mourisca no Paço Real da Alcáçova¹²³.

A cerca “fernandina” ou “nova” foi mandada construir entre 1373 e 1375 por D. Fernando I, sendo esta uma obra da autoria dos mestres João Fernandes e Vasco Brás: atravessava as actuais freguesias de São Cristóvão, do Socorro, da Pena, dos Restauradores, do Sacramento, da Encarnação, dos Mártires, de São Julião, da Sé e de São João da Praça, de São Miguel, de Santo Estêvão, de São Vicente e da Graça¹²⁴. Iniciava o seu troço ocidental inserta na muralha do Castelo de São Jorge e descia em direcção ao actual Largo do Martim Moniz e subia depois a encosta do Monte de Sant’Ana até ao cruzamento da Calçada de Sant’Ana com a Rua Martim Vaz, continuava então para a Travessa do Forno e para a Praça de D. João da Câmara e desembocava no actual Largo de São Roque de onde descia em direcção ao rio Tejo, passando pelo Largo do Chiado, de onde voltava para nascente indo até ao sopé da Travessa do Cotovelo¹²⁵. Aqui começava o troço ocidental que acompanhava a margem do rio Tejo, fechando a embocadura do vale da “baixa”, até se inserir na cerca moura, um pouco a nascente do actual Arco Escuro¹²⁶. Subsistem ainda hoje oito lanços de muralha, onze torres ou cubelos e uma porta ou arco, sendo que a Porta de São Jorge corresponde à antiga Porta da Alcáçova situada no Chão da Feira durante o século XIV

¹²¹ Silva, Augusto Vieira da, *A cerca fernandina de Lisboa*, volume I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948, pág. 15.

¹²² Rossa, Walter, “A cidade portuguesa” in Pereira, Paulo (direcção), *História da arte portuguesa*, volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, págs. 233-323.

¹²³ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹²⁴ Araújo, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, fascículo 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1945, pág. 23.

¹²⁵ Silva, Augusto Vieira da, *A cerca fernandina de Lisboa*, volume I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948, pág. 16.

¹²⁶ Idem, *ibidem*.

e a Torre de Ulisses que foi usada como Torre do Tombo desde o tempo de D. Fernando I¹²⁷ tem hoje um periscópio que permite a visualização da cidade ao pormenor¹²⁸. O lanço ocidental da cerca desde o Castelo de São Jorge passando por Sant'Ana e São Roque até ao Corpo Santo media 2,05 km e o lanço meridional desde o Corpo Santo até ao edifício da Misericórdia media 0,72 km, totalizando estes dois lanços com o lanço ocidental da cerca maura uma área de 1,27 hm²¹²⁹.

Em 1940 o castelo foi reconstruído pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no âmbito das Comemorações dos Oitocentos Anos da Fundação de Portugal e dos Trezentos Anos da Restauração da Independência Portuguesa¹³⁰. Em 2009, o antigo Paço Real da Alcáçova, a sala ogival, a sala das colunas e a sala da cisterna foram reabilitadas para funcionarem como o Núcleo Museológico do Castelo e com exposição dos objectos encontrados em escavações arqueológicas¹³¹. A 18 de Março de 2010 foi inaugurado o Núcleo Arqueológico do Castelo e possibilitada a deambulação por entre antigas estruturas desde o período da Idade do Ferro até à ocupação muçulmana¹³². O projecto de musealização do espaço arqueológico esteve a cargo do arquitecto Carrilho da Graça que com o levantamento de antigas paredes em materiais modernos procurou reconstruir o antigo complexo habitacional¹³³.

Descendo a Rua do Chão da Feira, os jovens estudantes dirigir-se-ão para o Palácio Belmonte com entrada na Travessa do Funil e aí irão visitar o pátio de cima e o pátio de baixo e observar a implantação do palácio sobre a cerca maura, o elemento defensivo dos muçulmanos por excelência, para compreensão do aproveitamento de antigas estruturas em novas construções, da ocupação do sítio em diferentes épocas e o

¹²⁷ Araújo, Norberto de, *Castelo de S. Jorge*, separata do Inventário de Lisboa, fascículo 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1959, pág. 9.

¹²⁸ www.castelodesaojorge.pt, acedido em 8 de Março de 2011.

¹²⁹ Silva, Augusto Vieira da, *A cerca fernandina de Lisboa*, volume I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

¹³⁰ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹³¹ Idem, *ibidem*.

¹³² www.jn.pt, acedido em 27 de Fevereiro de 2011.

¹³³ Idem, *ibidem*.

desenvolvimento da cidade conforme as necessidades quotidianas e o aumento territorial. Aqui, o aluno será alertado para o facto de que a cidade onde vive também é uma cidade histórica e que se deve “... ter em consideração que não se trata simplesmente de reabilitar edifícios [...] mas sim reabilitar esses espaços com e para as pessoas.”¹³⁴. Aqui serão despendidos dez minutos para apresentação do edifício e mais dez minutos de observação das antigas estruturas mouras onde se implantou o palácio, sendo que a ficha de trabalho servirá como apoio à visita.

O Palácio Belmonte¹³⁵ está situado na Praceta de D. Fradique na freguesia de Santiago, foi classificado como Imóvel de Interesse Público¹³⁶ e beneficia da Zona Especial de Protecção do Castelo de São Jorge. É propriedade privada e passou de palácio urbano a hotel¹³⁷. Tem acesso pela Praceta D. Fradique, n.º 5 a 8, 10, 11 e 13, pela Travessa do Funil, n.º 8 a 12, pela Rua dos Cegos, n.º 44, e pelo Largo do Contador-Mor, n.º 8 a 16¹³⁸. É um imóvel com enquadramento urbano e integrado no ângulo formado pela muralha da alcáçova e pela Porta de Santa Maria da Alcáçova, e pelas torres e muralhas da cerca moura, sendo um conjunto de planta irregular e edificado à volta de um pátio¹³⁹. Tendo sido adossado à alcáçova, absorveu a Oeste uma torre de secção quadrada e na ala Noroeste as fundações de uma torre romana que estabelece a ligação entre a alcáçova, a cerca moura e uma torre pentagonal¹⁴⁰. Tem seis pisos escalonados e telhados de uma, duas e três águas, a entrada principal no pátio de cima e a fachada poente estão sobre a cerca moura, sendo que uma passagem abobadada liga o pátio de cima ao pátio de baixo¹⁴¹. Este espaço era chamado de Pátio de D. Fradique de Cima e pertença de D. Fradique Manuel, bispo de Ceuta e capelão-mor de

¹³⁴ Leite, Ana Cristina, “Lisboa: memórias da cidade intangível”, in Ramos, Manuel João (coordenação), *A matéria do património – memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri, Dezembro 2003, págs. 23-27.

¹³⁵ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹³⁶ Decreto-Lei n.º 5/2002, de 19 de Fevereiro, *Diário da República*, série II, n.º 42, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 19 de Fevereiro de 2002.

¹³⁷ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹³⁸ Idem, *ibidem*.

¹³⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*.

D. Afonso V¹⁴². Em 1449, Brás Afonso Correia, Corregedor de Lisboa, comprou o sítio já com casas e quintal e mandou edificar o Palácio Belmonte sobre as antigas estruturas da Porta de Santa Maria da Alcáçova¹⁴³. Em 1990 é adquirido por Pierre Frédéric Coustols e sofre obras de adaptação a hotel, pela mão do arquitecto Pedro Quirino da Fonseca e, em 2000, é galardoado pelo RICS Awards, Royal Institution of Chartered Surveyors, patrocinado pelo Príncipe de Gales¹⁴⁴. Este palácio é um exemplo de revalorização de um antigo edifício particular convertido em hotel, como pólo de visita e de estadia do visitante, de permanência mais ou menos longa, em que o propósito de recuperação do traçado original se sobrepôs ao de modernização excessiva que o poderia descaracterizar¹⁴⁵.

Passando o pátio de baixo que desemboca na Rua dos Cegos e virando à direita, os alunos descerão o Beco do Maldonado até ao Largo das Portas do Sol, seguindo depois para o Largo de Santa Luzia e para a Rua do Limoeiro em direcção ao antigo edifício do Paço a-par-de São Martinho, sito no Largo do Limoeiro. Aí será feita a introdução à crise dinástica de 1383-1385 e à questão da defesa territorial do reino de Portugal, devido à pretensão castelhana de ocupar o trono português na figura de D. Beatriz filha legítima de D. Fernando I de Portugal e casada com D. João I de Castela, com o apoio de sua mãe, a rainha D. Leonor Teles, e em aliança com o Conde de Andeiro, sendo que era contrária ao grupo de apoiantes do Mestre de Avis em quem viam o natural sucessor da coroa portuguesa. Este processo culminaria com a morte do Conde de Andeiro e a aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal nas Cortes de Coimbra a 6 de Abril de 1385. Aqui será o aluno alertado para questões patrimoniais no sentido de compreensão da necessidade de se recuperarem “lugares” com História, pois, “... a criança ou o adolescente contribuem para a manutenção da civilização pelo simples facto de aprenderem de cor uma página de História [...], dado que a transmissão

¹⁴² Idem, *ibidem*.

¹⁴³ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁵ Lacroix, Michel, *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999, pág. 12.

cultural pressupõe a rememoração.”¹⁴⁶. Neste local o aluno permanecerá dez minutos para escutar a exposição do(a) Professor(a) e responder às questões da ficha de trabalho.

O Paço a-par-de São Martinho¹⁴⁷, também designado de Cadeia do Limoeiro, está localizado entre o Largo do Limoeiro e o Largo de São Martinho na freguesia da Sé e encontra-se na Zona Especial de Protecção das Ruínas do Teatro Romano. Propriedade estatal, o outrora paço é agora Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça¹⁴⁸. Tem acesso pelo Largo do Limoeiro, pelo Pátio das Parreiras, pelo Largo de São Martinho e pela Travessa das Merceeiras¹⁴⁹. De enquadramento urbano e isolado por um recinto murado, tem uma planta irregular composta pela articulação de um rectângulo com um "L", dois andares e telhados de quatro águas¹⁵⁰. Em 1367 dá-se a sua edificação por ordem de D. Fernando I como palácio real e oposto à Igreja de São Martinho¹⁵¹. Em 1383 o Conde de Andeiro, João Fernandes de Andeiro, aqui morre na sequência do levantamento de 1383-1385 e em 1385 é transformado em residência régia por D. João I¹⁵². Entre 1495 e 1521 já funcionava como prisão, em 1950 foi demolida a parte velha da Cadeia do Limoeiro e construiu-se o novo edifício e, em 1979, instala-se aí o Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça¹⁵³.

Passando o Largo de São Martinho e descendo a Rua Augusto Rosa seguir-se-á a visita à Sé de Lisboa sita no Largo da Sé e ponto de encontro de duas realidades religiosas diametralmente opostas, a muçulmana direccionada a Meca e a cristã dirigida a Roma, para compreensão da ocupação de espaços religiosos e a explicação da lenda de São Vicente, que se encontra expressa no brasão da cidade de Lisboa. Também será feita a visita ao claustro para observação da “janela” para o passado proporcionada

¹⁴⁶ Leite, Ana Cristina, “Lisboa: memórias da cidade intangível”, in Ramos, Manuel João (coordenação), *A matéria do património – memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri, Dezembro 2003, págs. 23-27.

¹⁴⁷ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*.

¹⁵² Idem, *ibidem*.

¹⁵³ Idem, *ibidem*.

pelos trabalhos arqueológicos ali realizados¹⁵⁴. Nesta visita haverá uma introdução à história do local e do edifício de dez minutos, a visita ao interior da igreja, deambulatório e túmulos de quinze minutos e a visita ao claustro de dez minutos, mais uma vez com o apoio da ficha de trabalho.

A Sé de Lisboa¹⁵⁵ está localizada no Largo da Sé na freguesia da Sé e, também, é denominada de Igreja de Santa Maria Maior. De tipologia de arquitectura religiosa e em estilo românico e gótico, foi classificada de Monumento Nacional¹⁵⁶ e está abrangida por uma Zona Especial de Protecção¹⁵⁷. Propriedade estatal e com função religiosa¹⁵⁸, tem enquadramento urbano e está implantada de uma forma desnivelada dentro dos limites da antiga cerca moura, sendo que no lado Oeste tem um pequeno adro com escadaria de acesso à entrada principal que está voltada para o Largo da Sé, e as outras fachadas são limitadas a Norte com a Rua Augusto Rosa, a Este com o Beco do Quebra-Costas e a Oeste com a Rua das Cruzes da Sé¹⁵⁹. É um edifício de planta em cruz latina, com três naves de seis tramos e pilares cruciformes que sustentam os arcos torais das falsas abóbodas de berço da nave central e das abóbodas de aresta das naves laterais¹⁶⁰. O transepto é pouco saliente e o cruzeiro é rematado por uma torre lanterna quadrangular¹⁶¹. A cabeceira tem uma capela-mor e um deambulatório com dez capelas radiantes, sendo duas com plano rectangular e oito de plano poligonal, adossadas à sacristia de planta rectangular na fachada Sul¹⁶². A fachada da Sé é de cantaria calcária

¹⁵⁴ Matos, José Luís de, “As escavações no interior dos claustros da Sé”, in Moita, Irisalva (coordenação), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Dezembro 1994, págs. 32-34.

¹⁵⁵ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹⁵⁶ Monumento Nacional, Decreto-Lei de 10 de Janeiro de 1907, *Diário Geral*, n.º 14, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 17 de Janeiro de 1910. Decreto-Lei de 16 de Junho de 1910, *Diário Geral*, n.º 136, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 23 de Junho de 1910.

¹⁵⁷ Zona Especial de Protecção, *Diário Geral*, série II, n.º 213, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 11 de Setembro de 1961.

¹⁵⁸ Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de Março, *Diário da República*, série I, n.º 63, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 29 de Março de 2007.

¹⁵⁹ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

¹⁶² Idem, *ibidem*.

e lioz branco, tem duas torres com frestas e janelas divididas por três colunas escavadas por cinco arquivoltas assentes em impostas salientes e com três colunas de fustes lisos e capitéis decorados por elementos bolbosos, as torres rematam em ameias decorativas prismáticas¹⁶³. A rosácea está situada sobre o portal de quatro arquivoltas semicirculares assentes em oito capitéis de decoração vegetalista e figurativa¹⁶⁴. A Este fica o claustro de planta rectangular e irregular com três alas, onde intervenções arqueológicas levaram à descoberta de um poço-cisterna, várias habitações muçulmanas e parte de uma calçada romana¹⁶⁵. Os telhados são de duas, quatro e sete águas ou em terraço¹⁶⁶. A 1 de Novembro de 1147 dá-se a sagração da igreja e fizeram-se obras a cargo do mestre Roberto tendo as relíquias de São Vicente sido trazidas de Sagres por dois religiosos Moçárabes e colocadas na abside¹⁶⁷. Em 1290 foi fundada a capela de Nossa Senhora da Piedade da Terra Solta por encomenda de Nuno Fernandes Cogominho e D. Maria Albernaz, nos séculos XIII e XIV foi construído o claustro pelos mestres João Anes e Miguel Martins¹⁶⁸. No século XIV os testamentos de D. Afonso IV e de D. Beatriz ordenaram a sua sepultura na capela-mor e em 1394 a Sé é transformada em arcebispado pela bula do papa Bonifácio IV¹⁶⁹. Entre 1911 e 1940 dão-se obras de restauro em todo o edifício para a Comemoração do Duplo Centenário da Independência e da Restauração de Portugal e em 1987 é instalado o Museu de Arte Sacra¹⁷⁰.

“A vista mais antiga que existe da cidade de Lisboa é um selo medieval do reinado de D. Afonso IV datado de 8 de Janeiro de 1346. É uma vista da cidade com muralhas, torres e ameias, a Sé com duas torres apontadas como coruchéus que lembram os minaretes das mesquitas muçulmanas, portal do lado Sul, ogivas e uma torre quadrada com três andares de janelas, e sino no eirado da parte Oriental que caiu

¹⁶³ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*.

durante o terramoto de 1755.”¹⁷¹. À semelhança de outros núcleos urbanos medievais, a imagem de Lisboa é caracterizada por muralhas e torres de igrejas.

Seguindo para o Largo de Santo António à Sé e virando à esquerda para a Travessa de Santo António à Sé, chegam à Rua das Canastras e seguem para o Beco do Arco Escuro, que dá passagem para a Rua dos Bacalhoeiros, e aí observam o Arco Escuro, a antiga Porta do Mar enquadrada numa torre da cerca moura junto ao rio Tejo e, por fim, dirigir-se-ão para o Chafariz d’el-Rei, passando pela Rua dos Bacalhoeiros, pelo Campo das Cebolas e finalmente chegam à Rua do Cais de Santarém, local onde se encontra actualmente o chafariz e o ponto de abastecimento da população da cidade medieval de Lisboa. Pretende-se nestes dois locais fazer uma resenha histórica do sítio para a compreensão da dinâmica do quotidiano da cidade medieval, demorando por esse motivo dez minutos em cada um deles.

A antiga Porta do Mar, na freguesia da Sé, fazendo a ligação entre a Rua dos Bacalhoeiros e a Rua das Canastras, assim era denominada pelo facto de, ao tempo em que foi aberta na muralha moura, a linha de água do rio Tejo se encontrar junto a esta porta, pois por ela entravam e saíam as águas durante a maré-alta e as ondas atingiam uma altura de sete metros¹⁷². Segundo relatos da época as águas do rio Tejo eram abundantes em peixe, marisco e sal, e alimentavam os moradores de Lisboa¹⁷³. A Porta do Mar funcionava como ponto de entrada e de saída de pessoas, de mercadorias e de ideias, e o acesso da cidade implantada desde o alto da colina a uma via natural de transporte¹⁷⁴.

O actual Largo das Atafonas relembra a produção de farinha e de pão que abasteciam os moradores de Lisboa, bem como os barcos que atracavam no seu porto.

¹⁷¹ Silva, Carlos Guardado da, *Lisboa medieval – a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, Março 2008, pág. 216.

¹⁷² Araújo, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, fascículo 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1945, pág. 11.

¹⁷³ Alves, Adalberto, *Em busca da Lisboa árabe*, Lisboa, CTT Correios, Fevereiro 2007.

¹⁷⁴ Araújo, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, fascículo 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1945, pág. 11.

O Chafariz d'el-Rei¹⁷⁵ está situado na Rua do Cais de Santarém na freguesia da Sé, é também denominado de Chafariz de São João, e está incluído na Zona Especial de Protecção do “Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa”, e aguarda a sua classificação pelo IGESPAR desde o ano de 2008¹⁷⁶. Propriedade municipal de enquadramento urbano e integrado no Palácio das Ratas, tendo o corpo superior recuado e assente sobre a cerca moura, encontra-se junto à via pública em cota inferior e o seu acesso faz-se nos extremos por escadas de lajes calcárias¹⁷⁷. Em cantaria de lioz, tem dois pisos, três bicas metálicas que vertem para um tanque longo com interior côncavo, um elemento de despejo, bordo simples consolidado por chapas de ferro e uma placa com a seguinte inscrição “Chafariz d'el-Rei edificado no século XIII foi reformado pelo rei D. Dinis reconstruído no ano de 1747 reparado depois de 1755 e melhorado nos meados do século XIX”.

Data do século XII a provável edificação do primitivo chafariz para abastecimento do bairro piscatório de Alfama e fornecimento dos barcos da Ribeira Velha, que ficaria encostada à muralha¹⁷⁸. Em 1220 é feita a primeira referência documental como Chafariz de São João da Praça dos Canos¹⁷⁹. A 10 de Outubro de 1308, D. Dinis ordenava que o chafariz fosse instalado no interior da cerca moura e alterou-lhe o nome para Chafariz d'el-Rei e, em 1373, e segundo o cronista Fernão Lopes, conforme descrito na *Crónica de D. Fernando*, teria secado durante o cerco de 1373¹⁸⁰.

No tempo total de observação e visita aos edifícios estão previstos cento e trinta e cinco minutos e serão despendidos mais trinta e cinco minutos em deslocações entre os mesmos, podendo oscilar entre cinco a dez minutos conforme a distância entre eles, totalizando então o percurso cento e setenta minutos, ao qual se acrescentará uma margem de dez minutos para atrasos, ou seja, a previsão inicial de três horas de realização da visita ao centro histórico da cidade de Lisboa.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁶ <http://www.cm-lisboa.pt/archive/doc/027>, acedido em 8 de Março de 2011.

¹⁷⁷ http://www.monumentos.pt/monumentos/forms/002_b1.aspx, acedido em 26 de Abril de 2009.

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*. <http://www.igespar.pt>, acedido em 16 de Fevereiro de 2010.

A aplicação prática do roteiro pedagógico está sujeita a uma avaliação pelos seus utilizadores, os estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico. À *posteriori* e através de um pequeno questionário, elaborado pelo(a) Professor(a) que acompanha os alunos durante a visita aos monumentos, estes poderão registar as suas observações e sugestões. Desta forma e, também, pela observação *in loco* do comportamento dos alunos durante a visita, será possível avaliar a aceitação, ou não, do roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa.

Posteriormente, toda esta informação deverá ser trabalhada de forma a identificarem-se erros na concepção e na aplicação do roteiro, de modo a que resulte numa melhoria contínua dos conteúdos pedagógicos e dos objectivos definidos para a aplicabilidade do roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa.

A adesão, ou não, dos jovens estudantes do 2.º ciclo do Ensino Básico ao roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa é preponderante para o seu sucesso, ou não.

3. CONCLUSÃO

No dizer de Kersaint, “Qualquer que seja o século a que pertencem [...], os monumentos são «testemunhos irrepreensíveis da história».”¹⁸¹.

Maiores ou menores na sua dimensão, mais ou menos nobres pela sua decoração ou pelo material de construção, representativos de um facto histórico ou perpetuação de um nome, os bens que hoje se denominam de património cultural e são sujeitos a uma classificação legal, adquirem maior ou menor importância na sociedade civil conforme o valor que lhes é atribuído.

A um monumento podem ser atribuídos vários e diferentes valores, tais como o valor educativo, pela capacidade de transmissão de saberes e de conhecimentos que possibilitem a mobilização da sociedade civil em actividades de protecção do património cultural; o valor nacional, adquirido através da legislação de classificação e de protecção do património cultural; o valor económico, tanto pela revalorização do edifício e a abertura dos seus espaços à visita e/ou para a execução de programas culturais para o público em geral, como pela requalificação e pela reconversão de antigos edifícios e dos seus espaços envolventes a novas actividades económicas; o valor histórico, pela rememoração da sua história e da história do sítio onde se encontra implantado; e o valor artístico, tanto pela estética, como pela técnica de construção que encerra em si mesmo¹⁸².

A educação para os valores implica a reflexão sobre comportamentos tanto a nível individual, como a nível colectivo. O questionar as diferenças e as ambiguidades do comportamento humano, desenvolve competências pessoais quer a nível intelectual, quer a nível social, e capacita a juízos críticos e à tolerância pelas diversidades culturais¹⁸³.

¹⁸¹ Choay, Françoise, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, Lda., Maio 2006, pág. 98.

¹⁸² Idem, págs. 98-99.

¹⁸³ Figueiredo, Carla Cibebe; Silva, Augusto Santos, *A educação para a cidadania no sistema educativo português (1974-1999)*, Lisboa, Ministério da Educação, Março 2002, 1.ª edição, págs. 54-55.

A Escola de hoje não é só um espaço de instrução mas é, também, um espaço de interacção entre alunos e professores e que em parceria com outras instituições, se tornou num espaço de referência educativa do jovem cidadão e da sua comunidade¹⁸⁴.

A noção de que os territórios foram, e ainda hoje o são, partilhados por diversas sociedades e diferentes culturas, desenvolve nos jovens atitudes sociáveis e de entreajuda, de sentimentos de pertença, e que contribuem para a construção de uma identidade pessoal e comunitária¹⁸⁵.

A educação artística, num sentido mais lato, como componente recreativa e lúdica deve ser fomentada desde cedo nos jovens. A ideia de que a aprendizagem da História só diz respeito a quem a estuda numa perspectiva científica e profissional tem de ser desmistificada. A cultura e os “lugares” com História estão ao alcance de todos e aguardam a sua visita. Incentivar os jovens para a aprendizagem e o reconhecimento de valores estéticos e artísticos é uma mais valia para a sua formação pessoal e um índice de cultura.

Urge, então, pensar a cidade histórica como uma cidade atractiva não só para os seus moradores, não só para os seus utilizadores, não só para os seus visitantes ocasionais mas, também, para os mais jovens. O centro histórico de uma cidade não deve ser olhado e pensado como “lugar” a habitar e a rentabilizar mas, também, como um lugar de encontro de gerações. A cidade terá, então, que se renovar e equipar com serviços e equipamentos para atrair as populações mais jovens¹⁸⁶, criando assim interacções entre a representação física da cidade, os seus monumentos, e a representação humana, os jovens.

A cidade a oferecer aos jovens deverá ser um espaço dinâmico e com actividades recreativas e lúdicas, mas sem nunca perderem o objectivo de serem didácticas e pedagógicas. A ponte terá de ser realizada entre as instituições locais e as escolas na

¹⁸⁴ *Educação, integração e cidadania*, Documento orientador das políticas para o ensino básico, Lisboa, Ministério da Educação, Março 1998, pág. 25.

¹⁸⁵ Lemos, Emília Sande, “Associação de Professores de Geografia”, in *Educar para a cidadania e escolaridade obrigatória*, Actas do 3.º Encontro de Associações de Professores, Secretaria de Inter-associações de Professores, Lisboa 15 e 16 de Março de 1996, sem local de edição, Associações participantes, Outubro de 1997, págs. 34-35.

¹⁸⁶ Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João, *Políticas urbanas - tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição, 2007, pág. 246.

realização de programas culturais e educacionais e na elaboração de materiais pedagógicos.

O roteiro pedagógico sobre património medieval da cidade de Lisboa que se propõe neste Trabalho de Projecto torna-se, então, uma dessas possibilidades de interacção dos jovens com o património cultural. Uma solução prática pelo seu manuseamento e útil pela forma de transmissão de conhecimentos, a forma mais saudável de relacionar os jovens com os edifícios históricos, e cuja finalidade é levar os jovens estudantes ao centro histórico da cidade de Lisboa e fomentar a educação para valores patrimoniais.

Também não deve ser esquecida a importância da acção de determinadas associações de defesa e de divulgação do património cultural, pelo facto de congregarem nos seus grupos os habitantes de bairros históricos, além de interessados particulares e, nalguns casos, entidades individuais¹⁸⁷. Os seus programas de acção devem ter em especial atenção as gerações mais novas, com o intuito de as tornar promissoras emissoras de valores patrimoniais e culturais¹⁸⁸.

A associação *Renovar a Mouraria* é um exemplo comunitário onde a história do bairro está ao alcance de todos¹⁸⁹. Criada a 19 de Março de 2008 e com o objectivo de revitalizar o Bairro da Mouraria com e para os seus habitantes, também pretende cativar a visita da população em geral¹⁹⁰. Através do trabalho voluntário dos seus moradores, que fazem de guias turísticos, inicia-se a visita no Largo do Martim Moniz, percorrem-se ruas e becos, e escutam-se histórias antigas¹⁹¹.

Um dos princípios da *Carta de Washington* refere que “A participação e o envolvimento dos habitantes das cidades são indispensáveis para levar a cabo a sua

¹⁸⁷ “Carta Internacional sobre a salvaguarda das Cidades Históricas”, in Lopes, Flávio; Correia, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico – cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., 2004, págs. 215-218.

¹⁸⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁹ *Agenda Cultural Lisboa*, n.º 243, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Fevereiro 2011, pág. 86.

¹⁹⁰ www.renovaramouraria.pt, acedido em 27 de Fevereiro de 2011.

¹⁹¹ *Agenda Cultural Lisboa*, n.º 243, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Fevereiro 2011, pág. 86.

salvaguarda. [...] pois permite uma maior consciencialização de todas as gerações.”¹⁹², embora não esquecendo que a “... salvaguarda dos conjuntos urbanos históricos interessa, primordialmente, aos seus habitantes.”¹⁹³ pois são eles que aí permanecem quotidianamente.

Os planos de salvaguarda das cidades históricas devem, então, ser realizados pelas várias e diferentes vertentes científicas, por forma a que sejam agrupados os diversos ramos do saber, pois uma equipa multidisciplinar é uma equipa com mais valias onde cada área de estudo contribui com os seus conhecimentos e as suas experiências¹⁹⁴.

A reabilitação urbana deverá ter como grande objectivo a melhoria das condições de vida das populações dos centros históricos das cidades de hoje, para num trabalho mais alargado incentivar a economia local e revitalizar os valores sociais e culturais entre os habitantes. As intervenções deverão, então, ser pensadas numa “... dialéctica entre [...] velho x novo; meio x homem; memória social x memória histórica; bairros x cidade; local x global; [...]; espaços privados x espaços públicos; património urbano x património etnológico.”¹⁹⁵ e a revitalização deve ser questionada tendo em consideração os grupos de população a cativar; os espaços interiores e exteriores; as áreas de acção económica; e os tipos de projectos social, cultural, educacional e arquitectónico para uma intervenção sócio-urbanística equilibrada¹⁹⁶.

A cidade a recuperar deverá, também, ser uma cidade pensada nos seus diferentes usos e nos seus diversificados utilizadores. As variações sazonais, semanais e diárias sobrecarregam muitas vezes determinadas áreas urbanas em detrimento de outras

¹⁹² “Carta Internacional sobre a salvaguarda das Cidades Históricas”, in Lopes, Flávio; Correia, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico – cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, págs. 215-218.

¹⁹³ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁵ Menezes, Marluci, *Centro histórico: mito ou realidade efémera?*, Comunicação apresentada ao 4.º Encontro com o Património Espiga de Ouro realizado em Beja em Setembro de 1996, Lisboa, Laboratório de Engenharia Civil, 1999, pág. 1.

¹⁹⁶ Idem, pág. 5.

e que em muitos casos não são previstas e que levam à rotura tanto de espaços, como de edifícios¹⁹⁷.

Através da metodologia de observação directa, da análise da configuração espacial, das formas de apropriação territorial, do meio ambiente e da identificação de especiais características é possível definir a morfologia urbana e a evolução histórica dos locais a intervir para uma melhor elaboração das propostas de intervenção e adaptação a contextos específicos¹⁹⁸.

A criação dos Gabinetes Técnicos locais, através do Despacho 4SEHU/85¹⁹⁹, promoveu um trabalho conjunto entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia²⁰⁰. Estes órgãos técnicos realizaram levantamentos cartográficos, topográficos e cadastrais, e o inventário patrimonial, com o propósito de aplicação destes dados nas intervenções de reabilitação urbana²⁰¹.

A reabilitação urbana tem actuado, essencialmente, nos bairros históricos, assim denominados pelo conjunto do antigo edificado que originaram aglomerados urbanos e que hoje são as cidades onde vivemos e local de acontecimentos preponderantes para a construção da história do sítio²⁰². Este mesmo edificado é a imagem da cidade actual e a memória mais remota dos seus habitantes²⁰³.

A abertura do Gabinete Técnico de Alfama pela Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1985 e em parceria com a Junta de Freguesia de Alfama foi feita no sentido de

¹⁹⁷ Pereira, Maria da Luz, *A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento/acção da sua reabilitação*, Informação científica planeamento urbano e regional INC GUR PLAM 12, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ICT, 1999, pág. 41.

¹⁹⁸ Idem, págs. 7-13.

¹⁹⁹ *Intervenção dos gabinetes técnicos locais em áreas urbanas degradadas*, Lisboa, DGOT-Direcção Geral do Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Agosto 1989, pág. 5.

²⁰⁰ Idem, *ibidem*.

²⁰¹ Idem, pág. 14. *Alfama – caracterização sociológica da habitação*, Cadernos de reabilitação urbana, Lisboa, Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, Câmara Municipal de Lisboa, 1991, pág. 7. *Reabilitação urbana – núcleos históricos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Março 1993, pág. 43.

²⁰² *Encontro bienal sobre reabilitação urbana*, Anais I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1998, pág. 16.

²⁰³ Idem, pág. 31.

apoiar quer os arrendatários, quer os proprietários de todo este conjunto habitacional²⁰⁴. O seu trabalho tem sido o de realizar vistorias, de apreciar processos de acompanhamento de obras, de elaborar novos projectos e de aplicar os programas do RECRIA, e que já obteve resultados em oitenta edifícios intervencionados²⁰⁵.

A criação dos programas do RECRIA, *Regime especial de participação na recuperação de imóveis arrendados*, surgiu em 1986 e na sequência do PRID, *Programa de recuperação de imóveis degradados*. Estas obras realizaram-se em edifícios particulares e pela Câmara Municipal de Lisboa que durante todo este processo é detentora administrativamente do edificado intervencionado²⁰⁶ e com uma participação a fundo perdido de 100%²⁰⁷.

O REHABITA, *Regime de apoio à recuperação habitacional em áreas urbanas antigas*, é um programa de extensão dos poderes do programa RECRIA e actua na recuperação de zonas urbanas antigas e na reconversão urbanística em planos de pormenor e de iniciativa camarária²⁰⁸.

A grande dificuldade diagnosticada na recuperação das habitações do Bairro de Alfama tem sido a de as mesmas terem sofrido graves danos aquando do terramoto de 1 de Novembro de 1775 e da sua reconstrução ter sido realizada pelos seus moradores, sem conhecimentos técnicos e com esses mesmos destroços²⁰⁹. Situação contrária foi a que aconteceu na zona da “baixa”, que foi intervencionada segundo um novo modelo urbanístico e que levou à construção de raiz de novos edifícios com uma estrutura mais complexa e eficaz, o “sistema de gaiola”²¹⁰.

²⁰⁴ *Alfama – caracterização sociológica da habitação*, Cadernos de reabilitação urbana, Lisboa, Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, Câmara Municipal de Lisboa, 1991, pág. 7.

²⁰⁵ *Reabilitação urbana – núcleos históricos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Março 1993, pág. 64.

²⁰⁶ *Alfama – caracterização sociológica da habitação*, Cadernos de reabilitação urbana, Lisboa, Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, Câmara Municipal de Lisboa, 1991, pág. 22.

²⁰⁷ *Administração democrática*, Revista de poder local, n.º 148, Política de habitação, Outubro 2008, pág. 14.

²⁰⁸ *Idem, ibidem*.

²⁰⁹ *Alfama – caracterização sociológica da habitação*, Cadernos de reabilitação urbana, Lisboa, Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, Câmara Municipal de Lisboa, 1991, pág. 22.

²¹⁰ *Idem, ibidem*.

Os fracos recursos económicos dos habitantes destes bairros continuam a ser uma forte característica destas populações, que aliados às baixas rendas que recebem os seus senhorios, a uma população idosa, e a casos de desemprego e de insegurança²¹¹, são uma condicionante na recuperação do edificado habitacional.

Uma outra questão é a de que a recuperação do edificado patrimonial tem sido pensada na estrutura em si mesma e não no seu contexto envolvente, não no seu todo, como conjunto monumental, em que o sítio e o edifício são testemunhos físicos da passagem do tempo e do Homem. Apenas os monumentos de maior relevância têm sido protegidos e recuperados, sem se ter em conta a sua envolvente, e que poderão implicar a sua descaracterização e consequente descontextualização²¹².

Significativo, também, continua a ser o facto de que o mercado português de construção civil continuar a marginalizar a reabilitação do património edificado ao contrário do que sucede no resto da Europa²¹³.

O investimento na recuperação do edificado antigo urbano pelo sector da construção civil em Portugal ronda os 4%, face aos 40% dos valores nos países nórdicos, e que contrastam com os 33% da média europeia. Depreende-se destes números o significado patrimonial que se evidencia nas culturas do Norte da Europa em relação a países como Portugal e Itália e a intervenção das instituições²¹⁴.

É importante, então, mudar mentalidades e incentivar o investimento particular na recuperação de património edificado quer pela indústria da construção civil, quer

²¹¹ Idem, *ibidem*.

²¹² “Carta Europeia do Património Architectónico”, in Lopes, Flávio; Correia, Miguel Brito, *Património architectónico e arqueológico – cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., 2004, págs. 155-159.

²¹³ Lourenço, Paulo B.; Oliveira, Daniel V. (tradução para Português por), *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património architectónico* – ICOMOS - Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Architectónico, Universidade do Minho – Departamento de Engenharia Civil, 2003, pág. 5, <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/documentos.html>, acedido em 30 de Julho de 2010.

²¹⁴ *Reabilitação urbana em debate - reabilitação urbana, experiências, instrumentos e perspectivas*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2003, pág. 129.

pelo cidadão. Inerente está o facto de que ao se recuperarem estes edifícios, também se recuperam antigas técnicas de construção²¹⁵.

Um problema que ainda persiste, e sem solução à vista, é o da acessibilidade ao Castelo de São Jorge, devido no essencial à sua topografia. Ruas íngremes, escadinhas e passeios estreitos ou quase inexistentes tornam a caminhada insegura e difícil para qualquer cidadão. A existência de um autocarro de serviço público até à Rua do Chão da Feira não colmata todas as necessidades e tipos de mobilidades, pois em dias de muita afluência juntam-se moradores, turistas e grupos de estudantes, e até essa subida pode ser morosa.

As cidades europeias transformaram-se no essencial em grandes centros terciários e foram apropriadas pelos *city users* e caracterizam-se pela sua cada vez maior diversidade social, cultural e religiosa²¹⁶. As “fronteiras” físicas existentes nas cidades medievais, com bairros delimitados e muralhas, deram lugar a zonas centralizadas por serviços ou por comércio, aonde se deslocam os *city users*, os não-residentes, em busca de tais ofertas e/ou de equipamentos²¹⁷.

A cidade de Lisboa foi sempre uma cidade virada para o rio Tejo, teve sempre uma vivência ribeirinha devido no essencial à sua posição estratégica no alto de uma colina e que cresceu em direcção a uma via natural de transporte. As actividades económicas realizadas em função do rio caso da pesca e da exploração das salinas, bem como o transporte de pessoas e de mercadorias, foi sempre uma constante e motivo de expansão territorial da cidade²¹⁸. As escavações arqueológicas efectuadas ao longo da zona ribeirinha lisboeta têm encontrado diversas provas materiais dessa relação entre o rio Tejo e os seus moradores desde o tempo da cidade romana de *Olisipo*²¹⁹.

²¹⁵ “Carta Europeia do Património Arquitectónico”, in Lopes, Flávio; Correia, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico - cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros HorizonteLda., 2004, págs. 155-159.

²¹⁶ Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João, *Políticas urbanas - tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição, 2007, pág. 85.

²¹⁷ Idem, *ibidem*.

²¹⁸ Martins, Miguel Gomes, *Lisboa ribeirinha*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Novembro 1994.

²¹⁹ Idem, *ibidem*.

Com o incremento da sua importância como centro político e económico do reino, rapidamente se expandiu no território, primeiro cresceu para a zona ribeirinha pela conquista de terrenos ao rio Tejo e depois alongou-se para Sul em direcção à foz, em detrimento da zona Norte²²⁰. A Ribeira Nova opôs-se à Ribeira Velha²²¹.

Nos anos noventa do século XX a cidade voltou a olhar para Norte e revitalizou-se na zona ribeirinha ao se proceder à recuperação de terrenos abandonados e poluídos para a construção da Expo 98²²², com a temática dos oceanos “Um património para o futuro”, que mais tarde viria a ser requalificada como o novo centro empresarial, habitacional e cultural da cidade de Lisboa.

Com a previsão de construção do novo terminal de cruzeiros de Lisboa, entre a zona de Santa Apolónia e o Cais da Marinha, ir-se-ão criar novas relações da cidade portuária com a cidade histórica²²³. O novo interface marítimo ao ser facilitador de entrada e atracamento de navios de lazer, também é ponto de visita a uma das zonas mais emblemáticas do centro histórico de Lisboa, a encosta de Alfama²²⁴.

O futuro edifício irá renovar a imagem da cidade ribeirinha e será cartão de visita a turistas de todo o mundo e, não só, pois também está inerente a intenção de o próprio cidadão lisboeta poder vir a usufruir desta beneficiada zona pela abertura de restaurantes e de lojas, e de um espaço para exposições temporárias²²⁵.

O planeamento urbano destinado para esta zona de Lisboa terá sentido e surtirá efeito se equilibrar a cidade antiga com a cidade recente. Não se trata somente de recuperar o edificado quer seja ele patrimonial, quer seja habitacional mas, sim, gerir todo um potencial de espaços de e para os cidadãos.

A memória mais antiga da cidade medieval lisboeta deverá ser aliada a uma nova imagem urbana saudável e duradoura.

²²⁰ Martins, Miguel Gomes, Martins, Miguel Gomes, “Lisboa ribeirinha. Principais factores de modelação espacial” in *O município de Lisboa e a dinâmica urbana, séculos XVI-XX*, Actas das sessões do I colóquio temático, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, págs. 315-331.

²²¹ Idem, *ibidem*.

²²² Exposição Internacional de Lisboa de 1998.

²²³ *Agenda Cultural Lisboa*, n.º 243, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Fevereiro 2011, pág. 119.

²²⁴ Idem, *ibidem*.

²²⁵ Idem, *ibidem*.

Achbounah, Alusbuna, Ulixbona, Luxbuna, Lyxbona, Lissibona ou Lissabona, são as variações do nome de uma Lisboa medieval com um tempo e dois credos enredados em muitas histórias antigas. Da alcáçova ao rio, de moçarabia a comuna e depois concelho, de bairro muçulmano a bairro cristão, onde minaretes e mesquitas, torres sineiras e cúpulas destacavam-se pela sua silhueta, e de credos, crenças e tradições enterradas num chão que se quis sempre sagrado pelos seus múltiplos moradores.

As actuais cidades europeias tiveram origem, na sua grande maioria, nos antigos núcleos urbanos medievais e que hoje denominamos de centros históricos²²⁶. A fisionomia dos aglomerados medievais caracterizava-se por muralhas, elemento protector e divisório entre a vida citadina e a vida campestre, e por torres de igrejas, que centralizados em praças eram o local de reunião da comunidade em momentos sociais, religiosos e políticos²²⁷. Posicionados de forma estratégica no território e interligados por antigas vias romanas, desenvolveram-se entre os anos de 1050 e de 1350 quer pela atracção exercida nas populações, quer pela dinâmica comercial²²⁸.

Os moradores destes antigos núcleos eram considerados de “urbanos” devido ao seu modo de vida e à sua actividade profissional, tal como acontece nos nossos dias²²⁹. Ainda hoje a noção de pertença a um “lugar” existe quando identificamos os habitantes das cidades de lisboetas, parisienses ou londrinos²³⁰, independentemente da sua origem cultural.

²²⁶ Benevolo, Leonardo, *A cidade na história da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, pág. 90.

²²⁷ Fernandes, José Gomes, *A tentação da cidade*, Maia, Fundação Eng. António de Almeida, Março 1995, pág. 18. Salgueiro, Teresa Barata, *A cidade em Portugal - uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 2.^a edição, 1992, pág. 23.

²²⁸ Benevolo, Leonardo, *A cidade na história da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, pág. 90. Salgueiro, Teresa Barata, *A cidade em Portugal - uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 2.^a edição, 1992, pág. 149.

²²⁹ Teresa Barata, *A cidade em Portugal - uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 2.^a edição, 1992, págs. 27 e 124.

²³⁰ Benevolo, Leonardo, *A cidade na história da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, págs. 90-91.

BIBLIOGRAFIA

A cerca de Al-Usbuna, folheto informativo, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

A cor de lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Março 1993.

A Idade Média, Paris, Éditions Fleurus, Centralivros, Lda., reimpresso, Junho 2007.

A nova Lisboa Medieval, Coordenação do Núcleo Científico de Estudos Medievais e do Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, Novembro 2005.

Administração democrática, Revista de poder local, n.º 148, Política de habitação, Outubro 2008.

Afonso, Rosa Maria, *Guião de educação para a cidadania em contexto escolar ... Boas práticas*, Lisboa, Ministério da Educação, 2007.

Agenda Cultural Lisboa, n.º 243, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Fevereiro 2011.

Alfama – caracterização sociológica da habitação, Cadernos de reabilitação urbana, Lisboa, Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, Câmara Municipal de Lisboa, 1991.

Alfama – relatório da comissão executiva da valorização e conservação do carácter tradicional e secular do bairro de Alfama de 1963, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1964.

Almeida, Carlos de, *Portugal: arquitectura e sociedade*, Colecção Portugal ontem, Portugal hoje, Lisboa, Julho 1978.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, “Urbanismo da alta Idade Média em Portugal – alguns aspectos e os seus muitos problemas”, in *Cidades e história*, Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Abril 1992, págs. 129-136.

Almeida, Fernando (direcção), *Monumentos e edifícios notáveis do Distrito de Lisboa – Lisboa*, primeiro tomo, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1973.

Alves, Adalberto, *Em busca da Lisboa árabe*, Lisboa, CTT Correios, Fevereiro 2007.

Alves, Luís Alberto Marques, “A história local como estratégia para o ensino da História”, in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*, volume 3, Organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património e do Departamento de História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, págs. 65-72.

Amaral, Maria da Conceição; Miranda, Tiago C. P. dos Reis (coordenação), *De Olisipo a Lisboa – A Casa dos Bicos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

Amaro, Clementino, “A arqueologia islâmica em Lisboa. Um percurso possível”, in *Portugal islâmico – os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura, 1998, págs. 61-71.

Amaro, Clementino, “Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de história”, in *Lisboa subterrânea*, Itália, Lisboa capital europeia da cultura '94, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, 1994, págs. 110-111.

Andrade, Amélia Aguiar, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., 2004.

Andrade, Amélia Aguiar, “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”, in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*, volume 3, Organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património e do Departamento de História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, págs. 143-163.

Andrade, Amélia Aguiar, “Um percurso através da paisagem urbana medieval”, separata da revista Povos e Culturas, in *A cidade em Portugal: onde se vive*, n.º 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1987.

Araújo, Norberto de, separata do Inventário de Lisboa, in *Castelo de S. Jorge*, fascículo 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1959.

Araújo, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, fascículo 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944.

Araújo, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, fascículo 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1945.

Araújo, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, fascículo 5, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

Araújo, Norberto de, *Itinerários turísticos em Lisboa*, Lisboa, Companhia Carris de Ferro de Lisboa, 1950.

Araújo, Norberto de (texto); Amaral, Maria Keil do (ilustrações), *Lisboa*, Lisboa, Edições SPN, sem data.

Araújo, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, livro X, Lisboa, Fundação Cidade de Lisboa e Vega, 2.^a edição, 1993.

Araújo, Teresa, “Imagens de Lisboa no Cancioneiro de Garcia de Resende”, in Krus, Luís; Oliveira, Luís Filipe; Fontes, João Luís (coordenação), *Lisboa medieval – os rostos da cidade*, Actas do II colóquio “A nova Lisboa medieval”, n.º 45, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Livros Horizonte, Lda., Outubro 2007, págs. 446-455.

Audrerie, Dominique, *Questions sur le patrimoine*, Bordeaux, Éditions Confluences, Mars 2003.

Azevedo, Pedro A. de, “Do Areeiro à Mouraria (topographia historica de Lisboa)”, in Vasconcellos, J. Leite de, *O Archeologo Português*, Collecção Illustrada de Materiaes e Notícias, volume V, Lisboa, Museu Ethnologico Português, Imprensa Nacional, 1900, págs. 212-278.

Barbosa, Pedro Gomes, “Mouros e Cristãos no relato da conquista de Lisboa”, in Krus, Luís; Oliveira, Luís Filipe; Fontes, João Luís (coordenação), *Lisboa medieval – os rostos da cidade*, Actas do II colóquio “A nova Lisboa medieval”, n.º 45, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Livros Horizonte, Lda., Outubro 2007, págs. 84-92.

Barca, Isabel (organizadora), *Cognição histórica. Património: o que preserva? Perspectivas em educação histórica*, Actas das primeiras jornadas internacionais de educação histórica realizadas na Universidade do Minho nos dias 15 e 16 de Junho de 2000, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Novembro 2001.

Barca, Isabel, *O pensamento histórico dos jovens – ideias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica*, versão portuguesa da tese de doutoramento em educação histórica (History in education) apresentada à Universidade de Londres,

Braga, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2000.

Barros, Maria Filomena Lopes de, “A comuna muçulmana de Lisboa: paradigma institucional”, in *Arqueologia medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, Lda., Abril 2001, págs. 243-247.

Barros, Maria Filomena Lopes de, *A comuna muçulmana de Lisboa – sécs. XIV e XV*, Biblioteca de Estudos Árabes, Lisboa, Hugin Editores, Lda., Setembro 1998.

Barros, Maria Filomena Lopes de, “Mouros e mourarias”, in *Portugal islâmico – os últimos sinais do mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura, 1998, págs. 289-294.

Barros, Maria Filomena Lopes de, *Tempos e espaços de mouros – a minoria muçulmana no reino português (séculos XII a XV)*, Textos universitários de ciências sociais e humanas, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Outubro 2007.

Beltrão, Luísa; Nascimento, Helena, *O desafio da cidadania na escola*, Lisboa, Editorial Presença, Lda., 1.ª edição, Setembro 2000.

Benevolo, Leonardo, *A cidade na história da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, Lda., 1995.

Branco, Maria João, “A conquista de Lisboa revisitada”, in *Arqueologia medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, Lda., Abril 2001, págs. 217-234.

Brandi, Cesare, *Teoria do Restauro*, Amadora, Edições Orion, Abril 2006.

Brito, Raquel Soeiro de, *Lisboa – esboço geográfico*, separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, III série, n.º 82, Lisboa, Ramos, Afonso e Moita, Lda., 1976.

Broto, Carles, *Urbanism - architectural design*, Barcelona, Instituto Monsa de ediciones, sem data.

Bugalhão, Jacinta; Gomes, Sofia; Sousa, Maria João, “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10, n.º 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007, págs. 317-343.

Bugalhão, Jacinta; Folgado, Deolinda, “O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira”, in *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, Lda., Abril 2001, págs. 111-145.

Aceiro, Baltazar Matos, *Os conventos de Lisboa*, Sacavém, Distri Editora, 1989.

Calado, Marco; Leitão, Vasco, “A ocupação islâmica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 8, n.º 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005, págs. 459-470.

Calado, Maria, *Atlas de Lisboa – a cidade no espaço e no tempo*, Lisboa, Contexto Editora, Lda., Setembro 1993.

Campos, Bártolo Paiva (coordenador), *Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens*, volume I, n.º 18, Lisboa, Universidade Aberta, Outubro 1997.

Campos, Bártolo Paiva (coordenador), *Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens*, volume II, n.º 18, Lisboa, Universidade Aberta, Outubro 1997.

Caracterização física e do ordenamento do território da região de Lisboa e vale do Tejo, Lisboa, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de coordenação da região de Lisboa e vale do Tejo, 1998.

Carita, Hélder, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Novembro 1999.

Carita, Hélder; Conceição, J. P., *Elementos para um estudo da Casa dos Bicos*, Lisboa, Pisa-Babel, 1983.

Carvalho, Sérgio Luís de; Santos, Federa (ilustrações), *A minha primeira História de Portugal*, Porto, Campo das Letras – Editores, S.A., 2008.

Carvalho, Sérgio Luís de, *Cidades medievais portuguesas: uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., 1989.

Castilho, Júlio de, *A ribeira de Lisboa – descrição historica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Castilho, Júlio de, “Lisboa antiga, segunda parte, bairros orientais por Júlio de Castilho”, in *Tomada de Lissibona aos moiros por el-rei D. Afonso Henriques*, volume II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2.ª edição revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, 1935.

Choay, Françoise, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, Lda., Maio 2006.

Choay, Françoise, *L'urbanisme, utopies et réalités – une anthologie*, France, Éditions du Seuil, sem data.

Coelho, António Borges, “O domínio germânico e muçulmano”, in Moita, Irisalva (coordenação), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte,Lda., Dezembro 1994, págs. 75-88.

Coelho, António Borges, “Lisboa nos dois primeiros séculos após a reconquista”, in *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, Lda., Abril 2001, págs. 235-242.

Coelho, António Borges, “Lisboa nos dois primeiros séculos após a reconquista”, in *Portugal islâmico – os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, Ministério da Cultura, 1998, págs. 277-287.

Coelho, António Borges, *Portugal na Espanha árabe*, Lisboa, Caminho, 3.ª edição revista, Abril 2008.

Coelho, António Borges, “Relatos de uma conquista”, in *Castelo de S. Jorge, passado, presente e futuro*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, sem data, págs. 26-33.

Connerton, Paul, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 2.ª edição, 1999.

Conteúdos curriculares, Disciplina de História e Geografia de Portugal, 5.º ano, Agrupamento Vertical de Escolas Belém-Restelo, on-line.

Conteúdos curriculares, Disciplina de História e Geografia de Portugal, 6.º ano, Agrupamento Vertical de Escolas Belém-Restelo, on-line.

Cortes portuguesas - reinado de D. Afonso IV (1325-1357), Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

Cortes portuguesas - reinado de D. Fernando I (1367-1383), volume I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

Cortes portuguesas - reinado de D. Manuel I (cortes de 1502), Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

Cortes portuguesas - reinado de D. Pedro I (1357-1367), Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986.

Dicionário da língua portuguesa, Porto, Porto Editora, 7.^a edição, Junho 1997.

Diogo, A. M. Dias; Trindade, Laura, “Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 3, n.º 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000, págs. 201-235.

Direito do património cultural, Instituto Nacional de Administração, Outubro 1996.

Educação, integração e cidadania, Documento orientador das políticas para o ensino básico, Lisboa, Ministério da Educação, Março 1998.

Educar para a cidadania e escolaridade obrigatória, Actas do 3.º Encontro de Associações de Professores, Secretaria de Inter-associações de Professores, Lisboa 15 e 16 de Março de 1996, sem local de edição, Associações participantes, Outubro 1997.

Education and the historic environment, London, edited by Don Henson, Peter Stone and Mike Corbishley, English Heritage, Routledge, first published, 2004.

Encontro bienal sobre reabilitação urbana, Anais I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1998.

Estudos olisiponenses - analíticos da revista municipal 1939-1973, n.º 1, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, 1991.

Fagundes, João, “A Sé”, in Moita, Irisalva (coordenação), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Dezembro 1994, págs. 115-128.

Farinha, P. António Lourenço, *Noticia historica do bairro das Olarias (Lisboa)*, Cucujães, Escola Tipográfica do Colégio das Missões de Cucujães, 1932.

Fernandes, José Gomes, *A tentação da cidade*, Maia, Fundação Eng. António de Almeida, Março 1995.

Fernandes, Paulo Almeida, “A grade medieval da Sé de Lisboa”, in *Olisipo - boletim do grupo dos “Amigos de Lisboa”*, II série, n.º 17, Lisboa, Julho/Setembro 2002, págs. 23-34.

Fernandes, Paulo Almeida, “Os moçarabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico”, in Krus, Luís; Oliveira, Luís Filipe; Fontes, João Luís (coordenação), *Lisboa medieval – os rostos da cidade*, Actas do II colóquio “A nova Lisboa medieval”, n.º 45, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Livros Horizonte, Lda., Outubro 2007, págs. 71-83.

Ferreira, F. E. Rodrigues, “A cerca fernandina de Lisboa em S. Vicente de Fora”, in *Olisipo - boletim do grupo dos “Amigos de Lisboa”*, II série, n.º 17, Lisboa, Julho/Setembro 2002, págs. 95-99.

Ferreira, Maria Emília Cordeiro (coordenação), *Reflexões sobre história e cultura portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, Instituto Português de Ensino a Distância, 1985.

Ferreira, Maria Ema Tarracha (selecção, introdução e notas), *Crónicas de Fernão Lopes*, Biblioteca Ulisseia, 3.ª edição, 1993.

Ferreira, Vítor Matias, *Cidade e democracia, ambiente, património e espaço público – uma cidadania urbana?*, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE, Fevereiro 2001.

Ferreira, Vítor Matias, *Lisboa, a metrópole e o rio – centralidade e requalificação de frentes de água*, Lisboa, Bizâncio, 1997.

Ferro, Gaetano, *Sociedade humana e ambiente, no tempo – temas e problemas de geografia histórica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

Figueiredo, Carla Cibebe; Silva, Augusto Santos, *A educação para a cidadania no sistema educativo português (1974-1999)*, Lisboa, Ministério da Educação, 1.ª edição, Março 2002.

Fonseca, Luís Adão da, “Lisboa medieval e o seu termo”, in *Lisboa subterrânea*, Itália, Lisboa capital europeia da cultura '94, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, 1994, págs. 86-91.

Fontes, João Luís Inglês, “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média”, in Krus, Luís; Oliveira, Luís Filipe; Fontes, João Luís (coordenação), *Lisboa medieval – os rostos da cidade*, Actas do II colóquio “A nova Lisboa medieval”,

Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Livros Horizonte, Lda., Outubro 2007, págs. 259-277.

Fortuna, Carlos, “Sociologia, cultura e globalização” in Fortuna, Carlos (organização), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta Editora, 1.^a edição, 1997, págs. 1-28.

Fourquin, Guy, *História económica do ocidente medieval*, Edições 70, Lda., Maio 1997.

Gameiro, Odília Alves, “Sociologia e geografia do culto medieval dos Santos Mártires de Lisboa”, in Krus, Luís; Oliveira, Luís Filipe; Fontes, João Luís (coordenação), *Lisboa medieval – os rostos da cidade*, Actas do II colóquio “A nova Lisboa medieval”, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Livros Horizonte, Lda., Outubro 2007, págs. 371-387.

Gaspar, Alexandra; Gomes, Ana, “Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge”, in *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, Lda., Abril 2001, págs. 95-102.

Gaspar, Jorge, “Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território”, in *Lisboa subterrânea*, Itália, Lisboa capital europeia da cultura '94, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, 1994, págs. 13-19.

Gil, Arq. Maria das Mercês (tradução e revisão científica), *Dicionário Visual da Arquitectura*, n.º 4, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1993.

Góis, Damião de, *Lisboa de Quinhentos – descrição de Lisboa*, texto latino de Damião de Góis, aos amigos de Lisboa e aos humanistas, tradução de Raúl Machado, Lisboa, Livraria Avelar Machado, 14 de Abril de 1937.

Gomes, Ana; Sequeira, Maria José, “Continuidades e discontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a reconquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, in *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, Lda., Abril 2001, págs. 103-110.

Graue, M. Elizabeth; Walsh, Daniel J., *Investigação Etnográfica com crianças: Teorias, Métodos e Ética*, Lisboa, Serviço de Educação e Bolsas - Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Guia urbanístico e arquitectónico de Lisboa, Lisboa, Associação dos Arquitectos de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Câmara Municipal de Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1987.

Hadji, Charles, *A avaliação, regras do jogo - das intenções aos instrumentos*, Porto, Porto Editora, 1994.

Henriques, Raquel Pereira; Proença, Maria Cândida Proença (orientação); Pintassilgo, Joaquim (co-orientação), *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar História (1947-1974)*, volume I, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 2007.

Henriques, Raquel Pereira; Proença, Maria Cândida Proença (orientação); Pintassilgo, Joaquim (co-orientação), *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar História (1947-1974)*, volume II-anexos, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 2007.

Historia de Valladolid, Guía didáctica, Valladolid, Museo de Valladolid, Junta de Castilla y León, 1999.

Hollands, Robert G., “As identidades juvenis e a cidade – Newcastle e a cultura Gordie” in Fortuna, Carlos (organização), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta Editora, 1.ª edição, 1997, págs. 207-230.

Intervenção dos gabinetes técnicos locais em áreas urbanas degradadas, Lisboa, DGOT-Direcção Geral do Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Agosto 1989.

INURBE – reabilitação urbana e áreas degradadas, Bibliografia, Porto, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de Coordenação da Região Norte, Janeiro 1996.

Inventário municipal de património – lista dos imóveis e conjuntos edificados, Plano Director Municipal, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, on-line.

Janeiro, Helena Pinto, *Lisboa – freguesia do Castelo*, Lisboa, Guias Contexto, Outubro 1993.

Jorge, Virgolino Ferreira, *Cultura e património*, Lisboa, Edições Colibri, 1.ª edição, 2005.

Jorge, Vítor Oliveira, *Arqueologia, património e cultura*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000.

Lacerda, Manuel, “Questões contemporâneas na abordagem ao património arquitectónico” in Liberato, Maria João (colaboração), *O município de Lisboa e a dinâmica urbana, séculos XVI-XX*, Actas das sessões do I colóquio temático, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, págs. 401-413.

Lacroix, Michel, *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999.

Le territoire de l'enfant, Cahiers familles dans le monde, Bruxelles, Commission du Logement Familial, 1985.

Leguay, Jean-Pierre, *La rue au Moyen Age*, Rennes, Éditions Ouest-France, 1984.

Leite, Ana Cristina; Vilhena, João Francisco, *Pátios de Lisboa – aldeias entre muros*, Lisboa, Gradiva, Novembro 1991.

Lisboa – conhecer, pensar, fazer, cidade, Lisboa, Centro de informação urbana de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Outubro 2001.

Lisboa e a expansão marítima sécs. XV e XVI, roteiros para visitas de estudo, 2.º ciclo do ensino básico, Algueirão, Ministério da Educação, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990.

Lopes, Flávio; Correia, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico – cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., 2004.

Lopes, Graça Videira, “Em Lisboa sobre lo mar: imagens de Lisboa na poesia medieval”, in Krus, Luís; Oliveira, Luís Filipe; Fontes, João Luís (coordenação), *Lisboa medieval – os rostos da cidade*, Actas do II colóquio “A nova Lisboa medieval”, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Livros Horizonte, Lda., Outubro 2007, págs. 422-433.

Lourenço, Paulo B.; Oliveira, Daniel V. (tradução para Português por), *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico – ICOMOS - Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Arquitectónico*, Universidade do Minho – Departamento de Engenharia Civil, 2003, on-line.

Lynch, Kevin, *A boa forma da cidade*, Lisboa, Edições 70, Lda., Abril 2007.

Macedo, Luís Pastor de, do Grupo de amigos de Lisboa, *Lisboa de lés-a-lés: subsídios para a história das vias públicas da cidade*, volumes I e II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940.

Mangorrinha, Jorge, “Memórias dos banhos termais de Lisboa. Pelas imagens dos lugares onde outrora brotavam as águas e delas se fazia uso em estabelecimentos”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1998, págs. 122-127, on-line.

Manique, António Pedro; Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História – património e história local*, Lisboa, Texto Editora, 1.ª edição, 1994.

Martins, Guilherme d’Oliveira, *Património, herança e memória: a cultura como criação*, Lisboa, Gradiva, 1.ª edição, Abril 2009.

Martins, Miguel Gomes, *Lisboa e a guerra (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Março 2001.

Martins, Miguel Gomes, “Lisboa ribeirinha. Principais factores de modelação espacial” in *O município de Lisboa e a dinâmica urbana, séculos XVI-XX*, Actas das sessões do I colóquio temático, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, págs. 315-331.

Martins, Miguel Gomes, *Lisboa ribeirinha*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Novembro 1994.

Martins, Miguel Gomes, “O Alqueidão de Lisboa durante a Idade Média. Contributos para o seu estudo” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1998, págs. 10-41, on-line.

Matos, José Luís de, “As escavações no interior dos claustros da Sé”, in Moita, Irisalva (coordenação), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, Dezembro 1994, págs. 32-34.

Matos, José Luís de, *Lisboa islâmica*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.

Matos, José Luís de, “Lisboa islâmica”, in *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, Lda., Abril 2001, págs. 79-87.

Mattoso, José (direcção), *Antes de Portugal*, volume 1, Lisboa, Editorial Estampa, Lda., 1993.

Mattoso, José (direcção), *História de Portugal – a monarquia feudal (1096-1480)*, volume 2, Lisboa, Editorial Estampa, Lda., 1993.

Mattoso, José, “Introdução à história urbana: a cidade e o poder”, in *Cidades e história*, Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Abril 1992, págs. 9-20.

Mazahéri, Aly; Oliveira Marques (tradução), *A vida quotidiana dos muçulmanos na Idade Média: século X - século XIII*, Lisboa, Livros do Brasil, sem data.

Medeiros, Carlos Alberto, *Geografia de Portugal – ambiente natural e ocupação humana, uma introdução*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

Medeiros, Filipa, “A Lisboa cronística. Espaço e sociologia nas crónicas de D. Pedro I e de D. Fernando, de Fernão Lopes”, in Krus, Luís; Oliveira, Luís Filipe; Fontes, João Luís (coordenação), *Lisboa medieval – os rostos da cidade*, Actas do II colóquio “A nova Lisboa medieval”, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Livros Horizonte, Lda., Outubro 2007, págs. 434-445.

Mendonça, Manuela, “1439 - A libertação das aposentadorias”, in *Olisipo - boletim do grupo dos “Amigos de Lisboa”*, II série, n.º 17, Lisboa, Julho/Setembro 2002, págs. 101-112.

Menezes, Marluci, *Centro histórico: mito ou realidade efémera?*, Comunicação apresentada ao 4.º Encontro com o Património Espiga de Ouro realizado em Beja em Setembro de 1996, Lisboa, Laboratório de Engenharia Civil, 1999.

Menezes, Marluci, *Levantamento social para projectos de reabilitação urbana: das formas e modos de olhar, registar, analisar e interpretar os contextos sócio-espaciais aos projectos de intervenção*, Comunicação apresentada na conferência “Metodologias de diagnóstico em reabilitação urbana”, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Fevereiro 2004.

Menezes, Marluci; Almeida, Ana, *Direito à cidade – reflexão em torno da incidência do termo mistura social nas políticas habitacionais e urbanas portuguesas*, Comunicação apresentada no “I congresso internacional sobre imigração em Portugal e na União Europeia” realizado em Vila Real de Santo António em Dezembro de 2005, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006.

Menezes, Marlucci; Tavares, Martha Lins, *Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano – discutindo algumas questões*, Comunicação apresentada ao “6.º Cidade revelada – Património Histórico, Arquitectura e Turismo” em Itajaí-Santa Catarina-Brasil, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Novembro 2003.

Mesnin, Georges, *L'enfant, l'architecture et l'espace – de l'architecture du mépris à l'espace du bonheur*, Tournai/Bélgique, Casterman/Poche, Février 1971.

Mesquita, Alfredo (compilação e estudo), *Lisboa com quatrocentas gravuras, Portugal Pittoresco e Illustrado*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, Sociedade Editora, 1903, edição facsimilada pela Arquimedes Livros, Julho 2006.

Mestre, Victor, “O património da cidadania” in *Almadã*, n.º 10, II série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Dezembro 2001, págs. 28-29.

Miranda, Jorge Morales, *Guía práctica para la interpretación del patrimonio – el arte de acercar el legado natural e cultural al público visitante*, Sevilla, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura - E.P.G., Difusión Monografías, 2.ª edição, 2001.

Miranda, Maria Adelaide, “Do sagrado ao humano na iluminura românica em Portugal”, in Andrade, Amélia Aguiar; Silva, José Custódio Vieira da (coordenação), *Estudos medievais, Quotidiano medieval: imaginário, representação e práticas*, Lisboa, Livros Horizonte,Lda., 2004, págs. 67-94.

Miranda, Maria Adelaide; Silva, José Custódio Vieira da, *História da Arte Portuguesa – época medieval*, n.º 86, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

Moreno, Humberto Baquero (coordenador), *História de Portugal medievo – político e institucional*, n.º 67, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

Moreno, Humberto Baquero (coordenador), *História de Portugal medievo – político e institucional*, apêndice, n.º 68, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

Moita, Irisalva, “A casa dos Bicos – o sítio e o edifício” in *Revista Municipal*, nova série, n.º 18, Lisboa, 1986, págs. 14-23.

Moita, Irisalva, “A casa dos Bicos – o sítio e o edifício” - II in *Revista Municipal*, nova série, n.º 19, Lisboa, 1987, págs. 15-31.

Moita, Irisalva, “A imagem e a vida da cidade” in *Lisboa Quinhentista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, págs. 9-22.

Moita, Irisalva, “Lisboa no século XVI – a cidade e o ambiente”, in Moita, Irisalva (coordenação), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, Dezembro 1994, págs. 139-167.

Moreira, Isabel M. Martins, *Museus e monumentos em Portugal – 1772-1974*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989.

Nascimento, Aires A. (edição), *A conquista de Lisboa aos Mouros – relato de um Cruzado*, Lisboa, Vega, 2.^a edição, 2007.

O imaginário da cidade, Compilação das comunicações apresentadas no Colóquio sobre o “Imaginário da cidade” realizado em Outubro de 1985, Lisboa, ACARTE, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

O património local e regional – subsídios para um trabalho transdisciplinar, Lisboa, Ministério da Educação, 2.^a edição, Setembro 1999.

Oliveira, Eduardo Freire de, *Cidade de Lisboa, Índices 1822 a 1911, Índice remissivo dos assumptos relativos a cidade de Lisboa que se conteem nos XVII volumes dos elementos para a historia do municipio de Lisboa por Eduardo Freire de Oliveira 1882-1911*.

Oliveira, Frei Nicolau de, *Livro das grandezas de Lisboa*, (edição de 1620), Lisboa, Vega, 1991.

Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário, “A mouraria de Lisboa no séc. XV”, in *Arqueologia Medieval*, n.º 2, Porto, Edições Afrontamento, Lda., 1993, págs. 191-209.

Oliveira Marques, A. H. de; Andrade, Amélia Aguiar; Gonçalves, Iria, *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*, História Medieval-I, volume I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

Oliveira Marques, A. H. de, “Depois da reconquista - a cidade na baixa Idade Média“, in Moita, Irisalva (coordenação), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Dezembro 1994, págs. 89-114.

Oliveira Marques, A. H. de; Abranches, Filipe, *História de Lisboa, séc. I - 1580*, I volume, Lisboa, Assírio & Alvim, Câmara Municipal de Lisboa, Outubro 1998.

Oliveira Marques, A. H. de, *Introdução à história da cidade medieval portuguesa*, separata da revista Bracara Augusta, volume XXXV, fascículo 79(92), Braga, Livraria Cruz, 1981.

Oliveira Marques, A. H. de, *Novos ensaios de história medieval portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, Lda., 1988.

Oliveira Marques, A. H. de, “Os germanos em Lisboa (sécs. V-XII): revisão do problema”, in *Portugal, Indien und Deutschland, Portugal, Índia e Alemanha*, sonderdruck/separata, Akten der V. Deutsch-Portugiesischen Arbeitsgespräche, Actas do Encontro Luso-Alemão, (Köln/Colónia-1998), Köln-Lisboa, 2000.

Passos, José Manuel da Silva (coordenador), *Estudos de integração do património histórico urbanístico para a reabilitação urbana*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado de Administração Local e Ordenamento do Território, 1989.

Património arquitectónico e arqueológico de Lisboa classificado – distrito de Lisboa, separata da edição Património arquitectónico e arqueológico de Lisboa classificado – distrito de Lisboa, Lisboa, IPPAR, Secretaria de Estado da Cultura, 1.^a edição, 1993.

Património edificado – novas tecnologias, inventários, Comunicações apresentadas na XIII semana de estudos, Angra do Heroísmo, Instituto Açoreano de Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.

Pereira, Carlos; Silva, Margarida Marques da (tradução), *A Idade Média*, France, Éditions Fleurus, Centralivros, Lda., Junho 2007.

Pereira, Maria da Luz, *A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento/acção da sua reabilitação*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ICT, Informação científica planeamento urbano e regional INC GUR PLAM 12, 1999.

Planos de salvaguarda de Alfama e Mouraria - propostas para debate público, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Agosto 1989.

Play opportunities for scholl-age children, 6 to 14 years of age, Advisory document, Canada Mortgage and Housing Corporation, December 1979.

- Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João, *Políticas urbanas – tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a edição, 2007.
- Poulot, Dominique, *Patrimoine et musées – l’institution de la culture*, France, Hachette Livre 2001, édition n.º 04, Fevereiro 2006.
- Portas, Nuno, *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983.
- Premel, Gérard D., “L’enfant et son territoire”, in *Quinzième Colloque International*, Bruges, 7-9 Septembre 1983, págs. 25-34.
- Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História*, n.º 1, Lisboa, Universidade Aberta, reimpressão, Fevereiro 1992.
- Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História – textos complementares*, n.º 8, Lisboa, Universidade Aberta, reimpressão, Fevereiro 1992.
- Queiroz, Francisco; Portela, Ana Margarida, *Conservação urbana e territorial integrada – reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Fevereiro 2009.
- Ramalho, Elsa Cristina; Lourenço, Maria Carla, *As águas de Alfama – memórias do passado da cidade de Lisboa*, Lisboa, Revista da APRH, 2006, on-line.
- Ramos, Manuel João (coordenação), *A matéria do património – memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri, Dezembro 2003.
- Reabilitação urbana – bairros históricos de Lisboa*, Revista trimestral, Ano XII, Outubro/Novembro/Dezembro 2000, Lisboa, Editora Trifório, Lda., 4.º trimestre 2000.
- Reabilitação urbana em debate – reabilitação urbana, experiências, instrumentos e perspectivas*, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2003.
- Reabilitação urbana – núcleos históricos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Março 1993.
- Relph, Edward, *A paisagem urbana moderna*, Arquitectura e urbanismo, Lisboa, Edições 70, Lda., Outubro 1990.

Ribeiro, Mario de Sampayo, *Igreja da Conceição Velha*, palestra proferida por ocasião da visita promovida pelo Grupo “Amigos de Lisboa” em 14 de Fevereiro de 1937, separata do n.º 3 de Olisipo, Lisboa, Imp. Libânio da Silva, 1938.

Ribeiro, Orlando, *Geografia e civilização – temas portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., sem data.

Ribeiro, Orlando, *Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 2.ª edição revista e actualizada, 1963.

Riegl, Aloïs, *El culto moderno a los monumentos*, Madrid, A. Machado Libros, S.A., 2008.

Rodrigues, Arminda Mendes; Nabiça, José Luís, *Lisboa e vale do Tejo*, Lisboa, Edições Asa, 1.ª edição, 2002.

Rossa, Walter, “A cidade portuguesa” in Pereira, Paulo (direcção), *História da arte portuguesa*, volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, págs. 233-323.

Roteiro do património medieval da região de Lisboa e vale do Tejo, Lisboa, Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Junho 1998.

Salgueiro, Teresa Barata, *A cidade em Portugal - uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 2.ª edição, 1992.

Santana, Francisco; Sucena, Eduardo (direcção), *Dicionário da história de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados - Consultores, Lda., 1994.

Santos, Luís Filipe, *O ensino da história e a educação para a cidadania: concepções e práticas de professores*, Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional, 1.ª edição, Dezembro 2000.

Santos, Maria Luísa; Amaral, Cláudia; Maia, Lídia; Neves, Pedro Almiro, *À descoberta da História e Geografia de Portugal*, 5.º ano, parte 1, Porto, Porto Editora, 2004.

Santos, Maria Luísa; Amaral, Cláudia; Maia, Lídia; Neves, Pedro Almiro, *À descoberta da História e Geografia de Portugal*, 5.º ano, parte 2, Porto, Porto Editora, 2004.

Santos, Maria Luísa; Amaral, Cláudia; Maia, Lídia; Neves, Pedro Almiro, *À descoberta da História e Geografia de Portugal*, 6.º ano, parte 1, Porto, Porto Editora, 2005.

Santos, Maria Luísa; Amaral, Cláudia; Maia, Lúcia; Neves, Pedro Almiro, *À descoberta da História e Geografia de Portugal*, 6.º ano, parte 2, Porto, Porto Editora, 2005.

Santos, Victor Pavão dos, “A casa na Lisboa de Quinhentos”, in *Lisboa subterrânea*, Itália, Lisboa capital europeia da cultura '94, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, 1994, págs. 105-109.

Saraiva, José Cunha, *A capela da misericórdia na Sé de Lisboa*, separata do Arquivo Histórico de Portugal, Lisboa, 1934.

Saraiva, José Hermano, *História de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, Lda., 2.ª edição, 1993.

Segurado, Jorge, *Da igreja manuelina da misericórdia de Lisboa “Conceição-Velha”*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes – Presidência do Conselho, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, Editorial Império, 28 de Novembro de 1977.

Seixas, Miguel Metelo de, “A heráldica dos Pachecos na capela de S. Cosme e S. Damião no deambulatório da Sé de Lisboa”, in *Olisipo - boletim do grupo dos “Amigos de Lisboa”*, II série, n.º 17, Lisboa, Julho/Setembro 2002, págs. 73-75.

Sérgio, António, *Educação cívica*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Livraria Sá da Costa Editora, 3.ª edição (texto integral da 1.ª com ortografia actualizada), Abril 1984.

Silva, Augusto Vieira da, *A cerca fernandina de Lisboa*, volume I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

Silva, Augusto Vieira da, *A cerca fernandina de Lisboa*, volume II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

Silva, Augusto Vieira da, *A judiaria velha de Lisboa*, Estudo topographico sobre a antiga Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.

Silva, Augusto Vieira da, “A judiaria velha de Lisboa - estudo topographico sobre a antiga Lisboa” in Vasconcellos, J. Leite de, *O Archeologo Português*, Collecção Illustrada de Materiaes e Notícias, volume V, Lisboa, Museu Ethnologico Português, Imprensa Nacional, 1900, págs. 305-326.

Silva, Augusto Vieira da, *As freguesias de Lisboa (estudo histórico)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1943.

Silva, Augusto Vieira da, *As muralhas da ribeira de Lisboa*, volume I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2.^a edição, 1940.

Silva, Augusto Vieira da, *Dispersos*, volume I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954.

Silva, Augusto Vieira da, *O Castello de S. Jorge - estudo historico-dexcriptivo*, extracto da revista de Engenharia Militar, Lisboa, Typographia do Commercio, 1898.

Silva, Carlos Guardado da, *Lisboa medieval – a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, Março 2008.

Silva, Vítor Córias, *Manual de educação em Património Arquitectónico*, Lisboa, GECORPA, 2005.

Soromenho, Miguel; Saldanha, Nuno, “O mosteiro e igreja de S. Vicente de Fora”, in Moita, Irisalva (coordenação), *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., Dezembro 1994, págs. 207-218.

Sousa, Arlindo de, *Novos elementos para o estudo da origem do nome Lisboa*, Lisboa, Biblioteca de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa, 1968.

Sousa, João Silva de, “Lisboa em Cortes de 1352-1371”, in Krus, Luís; Oliveira, Luís Filipe; Fontes, João Luís (coordenação), *Lisboa medieval – os rostos da cidade*, Actas do II colóquio “A nova Lisboa medieval”, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Livros Horizonte, Lda., Outubro 2007, págs. 413-421.

Sucena, Eduardo, “A cerca nova de Lisboa”, in *Olisipo - boletim do grupo dos “Amigos de Lisboa”*, II série, n.º 17, Lisboa, Julho/Setembro 2002, págs. 77-94.

Sucena, Eduardo, *A sé patriarcal de Lisboa – história e património*, Lisboa, Setecaminhos, 1.^a edição, Setembro 2004.

Summavielle, Elísio (coordenação e texto), *Igreja de Santa Maria Maior, Sé de Lisboa*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural – Departamento de Museus, Palácios e Fundações, Editorial Teorema, Lda., 1986.

Tavares, Maria José Ferro, *História de Portugal medievo – economia e sociedade*, n.º 51, Lisboa, Universidade Aberta, 1992.

Tavares, Maria José Ferro, *Sociedade e culturas portuguesas 1*, n.º 4, Lisboa, Universidade Aberta, 1997.

Tavares, Maria José Ferro, *Sociedade e cultura portuguesas – textos complementares*, volume I, n.º 20, Lisboa, Universidade Aberta, 1990.

Teixeira, João, “A competitividade das cidades”, in *Revista de Administração local*, ano 27, n.º 199, Jan/Fev. 2004, págs. 11-25.

Teixeira, Luís Manuel, *Dicionário Ilustrado de Belas-Artes*, Lisboa, Editorial Presença, Lda., 1985.

Torres, Cláudio, “A chave do Sul”, in *Castelo de S. Jorge, passado, presente e futuro*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, sem data, págs. 34-45.

Torres, Cláudio, “Lisboa muçulmana: um espaço urbano e o seu território”, in *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, Lda., Abril 2001, págs. 73-77.

Torres, Cláudio, “Lisboa muçulmana: um espaço urbano e o seu território”, in *Lisboa subterrânea*, Itália, Lisboa capital europeia da cultura '94, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, 1994, págs. 80-85.

Torres, Cláudio; Macías, Santiago, *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, S.A. e autores, Julho 1998.

Trindade, Armando Rocha, *Introdução à comunicação educacional*, n.º 16, Lisboa, Universidade Aberta, Maio 1998.

Um olhar sobre o Castelo de São Jorge, século VII A.C. Século XX, Reabilitação urbana dos bairros históricos de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

Valladolid, una ciudad, Primaria y primer ciclo E.S.O., Cuaderno de actividades, Valladolid, Museo de Valladolid, Junta de Castilla y León, 2004.

Vargas, José Manuel, “As freguesias de Lisboa e do seu termo na Idade Média”, in *Olisipo - boletim do grupo dos “Amigos de Lisboa”*, II série, n.º 17, Lisboa, Julho/Setembro 2002, págs. 47-66.

Vasconcelos, Luís Mendes (organização e notas de José da Felicidade Alves), *Do sítio de Lisboa – diálogos*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda., 1990.

CARTOGRAFIA

Carvalho, J. Monteiro, *Livro das plantas das freguesias de Lisboa que se guarda na casa dos tratados na Torre do Tombo*, 1770.

Folque, Filipe, *Carta topográfica da cidade de Lisboa de 1856/58*, segundo os originais no formato 80x50cm² existentes na mapoteca do Instituto Português de cartografia e Cadastro, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses.

Lisboa em mapas – informação geo-referenciada, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Setembro 2001.

Pinto, Silva, *Levantamento de 1911*, material cartográfico, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 1911.

Silva, Augusto Vieira da, *Plantas topográficas de Lisboa pelo Eng. Augusto Vieira da Silva*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950.

LEGISLAÇÃO

Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural, Paris, UNESCO, 23 de Novembro de 1972.

Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel (adoptée par la Conférence générale à sa dix-septième session), Paris, UNESCO, 16 de Novembre de 1972.

Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto, Diário da República, série I, n.º 166, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 27 de Agosto de 2009.

Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, Diário da República, série I-A, n.º 209, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 8 de Setembro de 2001.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 49/2005, Diário da República, série I-A, n.º 166, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 30 de Agosto de 2005.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, Diário da República, série I-A, n.º 155, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 12 de Agosto de 2005.

Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention, Paris, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation, Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, World Heritage Centre, July 2002.

Parecer sobre Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015), Parecer n.º 4/2009, de 4 de Agosto, Diário da República, série II, n.º 149, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 4 de Agosto de 2009.

SITES

www.agendalx.pt

arquivomunicipal.cm-lisboa.pt

www.babelfish.yahoo.com/translate_txt

www.blx.cm-lisboa.pt

www.castelodesaojorge.pt

www.catalogolx.cm-lisboa.pt

www.cej.mj.pt

www.cm-lisboa.pt

www.dgidc.min-edu.pt

www.dre.pt

www.drelvt.mim-edu.pt

www.eb23-paula-vicente.rcts.pt

www.egeac.pt

www.gulbenkian.pt

www.icomos.fa.utl.pt

www.icomos.org

www.igeo.cm-lisboa.pt

ww.igespar.pt
www.ihru.pt
www.incm.pt
www.ipa.min-cultura.pt
www.iphan.gov.br
www.ippar.pt
www.jn.pt
www.lisboainteractiva.cm-lisboa.pt
www.lxplanta.cm-lisboa.pt
www.milleniumbcp.pt
www.min-edu.pt
www.monumentos.pt
www.mnarqueologia.ipmuseus.pt
www.portaldahabitacao.pt
www.renovaramouraria.pt
www.repositorio.lneg.pt
www.unesco.org
www.unesco.pt
www.wikipedia.org

1. O rio Tejo foi sempre local de passagem de gentes e de mercadorias. Nomeia alguns dos negócios que se faziam na cidade medieval de Lisboa.



Painel de azulejos no Lg. do Chafariz de Dentro.



Vitrine no Núcleo Museológico do Castelo.



Vitrine no Mosteiro de S. Vicente de Fora.

2. Qual a diferença entre a Mouraria e a Judiaria?

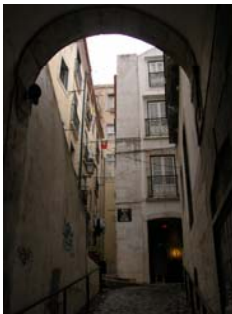
Arco Escuro - o rio Tejo e a cidade medieval de Lisboa

O sítio de Lisboa, com as colinas e os vales outrora férteis, facilitou a implantação defensiva da cidade e o acesso a uma via natural de transporte de pessoas e bens, o rio Tejo. Lisboa tinha 2 pólos de ocupação: a zona alta com a alcáçova como centro administrativo associado a um bairro de comerciantes como centro económico e, a zona da "baixa", com o bairro de pescadores e artesãos.

Alfama era o centro da cidade islâmica, com uma fonte termal de onde corria água quente e fria, que era usada quer nos banhos públicos, quer nas alcaçarias para preparação de peles e têxteis.

As águas do rio Tejo eram ricas em peixe, marisco e sal, alimentação dos moradores de Lisboa. O actual Largo das Atafonas lembra-nos a produção de farinha e pão que abasteciam os barcos que atracavam no porto, bem como a população da cidade.

Pela antiga Porta do Mar entravam as águas na maré-alta e as ondas batiam numa altura de 7 metros na muralha.



O património é um bem de todos. Vamos protegê-lo.

Educar para a preservação do património cultural: uma proposta de um roteiro pedagógico através do património medieval de Lisboa



Fernanda Maria dos Santos Craveiro
Mestrado de Património - área de Património Urbano
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

1. Quem eram os Cruzados?



Planta do Castelo de S. Jorge.



Ponte de acesso à cidadela do Castelo.

2. Descreve o cerco ao castelo de Lisboa pelos Cruzados.

Castelo de São Jorge - de alcáçova a paço medieval

No século VIII, os Berberes vindos do Norte de África entraram na Península Ibérica e tomaram a cidade de Olisipo no ano de 711.

Em 1147, D. Afonso Henriques cercou e conquistou a cidade de Lisboa com a ajuda dos Cruzados, após um ataque às muralhas do lado do mar.

A zona da antiga alcáçova muçulmana deu origem ao castelo e tornou-se residência régia, local onde se concentrava o poder político e económico.

Depois da "reconquista", a população muçulmana que não abandonou a cidade foi integrada no quotidiano cristão, conforme regulado no foral dos "Mouros forros" do ano de 1170. Passaram a viver na Mouraria, o bairro de ruas estreitas e íngremes com casas com pátios interiores, almuinhas, mesquitas, olarias, açougues e alcaçarias.

Hoje, o castelo é Monumento Nacional. De planta rectangular tem uma muralha que circunda a cidadela e a Torre de Ulisses que servia como Torre do Tombo. Da cerca moura ainda hoje se encontram 7 lanços, 13 torres e 2 portas, e da cerca "fernandina", construída no século XIV, 8 lanços de muralha, 11 torres e 1 porta.



O património é um bem de todos. Vamos protegê-lo.

1. Qual a importância da água para o dia-a-dia dos moradores da cidade de Lisboa?



Inscrição no Chafariz d'el-Rei.



Largo das Alcaçarias.



Beco dos Cortumes.



Tanque no interior da cidadela do Castelo.

2. Quais as actividades que dependiam da água?

Chafariz d'el-Rei - abastecimento e quotidiano da cidade medieval

No século XII foi construído um chafariz junto à antiga cerca moura para abastecimento do bairro piscatório de Alfama e dos barcos que atracavam na Ribeira Velha.

"Chafariz d'el-Rei edificado no século XIII foi reformado pelo rei D. Dinis reconstruído no ano de 1747 reparado depois de 1755 e melhorado nos meados do século XIX".

O edifício, ladeado pela cerca moura e pelo Palácio das Ratas do século XX, é composto por um tanque longo com 3 bicas e escadarias de acesso lateral.

Dizia-se que à mais pequena escavação aparecia água mineral que era usada nos banhos públicos e nas alcaçarias, junto à Porta de Alfama.

Inúmeras eram as fontes e os poços públicos que abasteciam hortas, almuinhas e olarias. As oficinas de cordoaria e as ferrarias, as tinturarias e as tanoarias, as carniçarias e as fangas da farinha dependiam do abastecimento de água para funcionarem e produzirem os mais variados produtos usados no dia-a-dia da população lisboeta e que no final do século XII seria de 6000 pessoas.



O património é um bem de todos. Vamos protegê-lo.



1. Como aconteceu a crise dinástica de 1383-1385?



Entrada para o antigo Paço a-par-de S. Martinho.



Igreja de Santa Luzia.

2. Quem foi o Mestre de Avis?

Paço a-par-de São Martinho - de casa palaciana a casa penal

O Paço a-par-de São Martinho mandado construir por D. Fernando I, foi usado como Paço Real por D. João I, o Mestre de Avis.

Em 1385, aquando da morte de D. Fernando era legítima herdeira a sua filha D. Beatriz, casada com D. João de Castela, mas a maioria da população não queria ver o reino de Portugal governado por Castelhanos.

D. Leonor, regente do reino, aliada ao Conde de Andeiro e ao reino vizinho promove a vinda de sua filha para rainha de Portugal.

A crise dinástica de 1383-85 terminou a 6 de Abril de 1385 com a aclamação, nas Cortes de Coimbra, do Mestre de Avis, como rei de Portugal.

Mais tarde passaria aí a funcionar uma prisão, situação que se manteve até ao século XX, sendo então conhecido como Cadeia do Limoeiro.

Hoje, o edifício de 2 andares é muito diferente do antigo, devido a inúmeras obras de adaptação do espaço ao serviço público.



O património é um bem de todos. Vamos protegê-lo.

1. Quais as estruturas antigas integradas na construção do Palácio Belmonte?



Entrada principal do Palácio Belmonte.



Vista do Pátio de Baixo.

2. Porque é que se deve recuperar edifícios antigos?

Palácio Belmonte - um palácio transformado em hotel

O espaço chamado de Pátio de D. Fradique de Cima era pertença de D. Fradique Manuel, bispo de Ceuta e capelão-mor de D. Afonso V, que viveu no século XV.

Em 1449, Brás Afonso Correia comprou estas terras já com algumas casas e quintal e aí mandou construir o Palácio Belmonte, sobre os muros da antiga Porta de Santa Maria da Alcáçova e sobre as torres e muralhas da cerca moura, num claro reaproveitamento de antigas estruturas.

O palácio é um edifício urbano, de planta irregular à volta de um pátio e a entrada principal fica no pátio de cima e tem ainda uma passagem abobadada para o pátio de baixo.

Aí pode ainda observar-se o que resta da cerca moura e as fundações de uma torre romana, uma prova material da contínua ocupação do local e sinal de convívio entre a cidade antiga e a cidade actual.

Em 1996, o palácio foi comprado por Pierre Frédéric Coustols e transformado em hotel.



O património é um bem de todos. Vamos protegê-lo.

Visita ao centro histórico da cidade de Lisboa - o património medieval

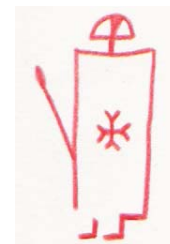
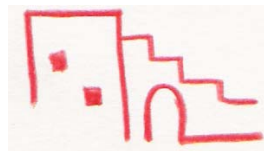
1. Coloca uma cruz na resposta adequada.

	Conhecia	Não conhecia	Gostei	Não gostei
CASTELO DE SÃO JORGE				
PALÁCIO BELMONTE				
PAÇO A-PAR-DE SÃO MARTINHO				
SÉ DE LISBOA				
ARCO ESCURO				
CHAFARIZ D'EL-REI				

2. Coloca uma cruz na resposta adequada.

	Gostei	Não gostei
ROTEIRO DE PATRIMÓNIO MEDIEVAL		
VISITA AO CENTRO HISTÓRICO		

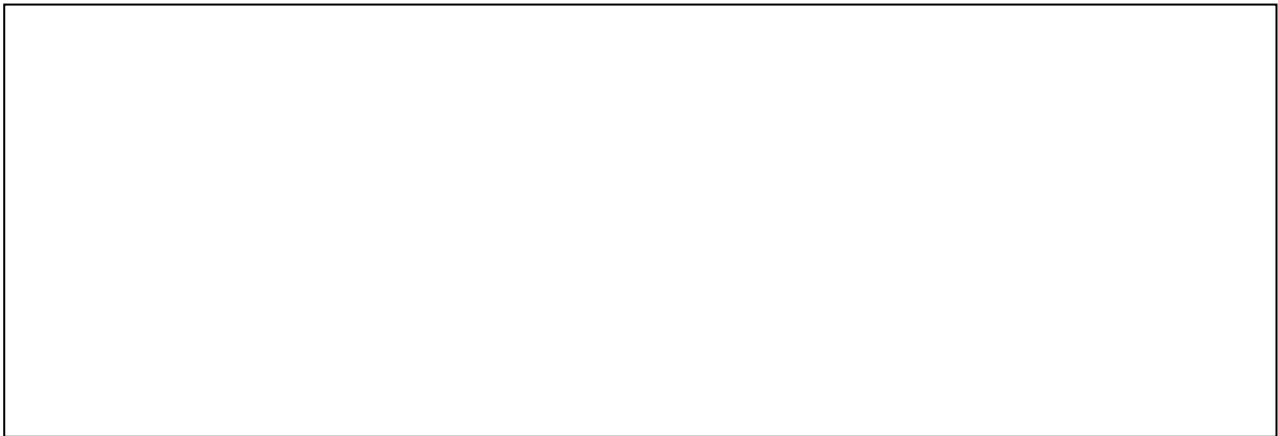
3. Opinião / Sugestões



O património é um bem de todos. Vamos protegê-lo.

"A vista mais antiga que existe da cidade de Lisboa é um selo medieval do reinado de D. Afonso IV datado de 8 de Janeiro de 1346. É uma vista da cidade com muralhas, torres e ameias, a Sé com duas torres apontadas como coruchéus que lembram os minaretes das mesquitas muçulmanas, portal do lado Sul, ogivas e uma torre quadrada com três andares com janelas, e um sino no eirado da parte oriental que caiu durante o terramoto de 1755." in Silva, Carlos Guardado, *Lisboa medieval - a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, Março 2008, pág. 216.

1. Com base no texto em cima tenta desenhar o selo de D. Afonso IV.



Sé de Lisboa - a religião ao tempo da "reconquista"

De basílica dos primeiros cristãos a mesquita e depois igreja, a Sé de Lisboa foi construída no local sagrado por diferentes religiões, situado dentro da cerca moura, a Sul da alcáçova e perto da Porta do Ferro.

Depois da tomada de Lisboa, D. Afonso Henriques mandou construir uma igreja no local da antiga mesquita, nomeando um bispo inglês chamado Gilberto de Hastings.

A Sé de Lisboa funcionou como centro religioso da cidade medieval.

Na Idade Média, os sinos das torres das igrejas regulavam as horas de trabalho, de prazer e de oração.

Hoje, quando se visita a sé observa-se um edifício com elementos românicos e góticos, uma escadaria, a rosácea e o portal decorado na fachada. De planta em cruz latina tem 3 naves com abóbodas, capela-mor e deambulatório.

Nas fundações do claustro os arqueólogos encontraram um poço cisterna, casas muçulmanas e uma calçada romana, o que testemunha a contínua presença de diferentes povos na cidade lisboeta.



O património é um bem de todos. Vamos protegê-lo.

O património medieval da cidade de Lisboa

A cidade de Lisboa que hoje visitas não é igual à cidade que te vai ser dada a conhecer através do itinerário que este roteiro te propõe.

Ao longo dos anos o espaço hoje conhecido como centro histórico da cidade de Lisboa tem sido alterado tanto no seu traçado, como nas suas edificações, quer pela vontade do Homem, quer pela acção da natureza.

Palácios e igrejas, portas e muralhas vão ser algumas das construções que vais observar nesta visita com a ajuda do teu(ua) Professor(a).

Pretende-se, assim, dar-te a conhecer o património cultural de época medieval da cidade de Lisboa, testemunho de culturas e sociedades que já não existem, e que devem ser preservadas e divulgadas numa atitude de consciente cidadania.

O património é um bem de todos. Vamos protegê-lo.

GLOSSÁRIO

Abóboda: cobertura de edifício em forma de arco perfeito.

Alcáçova: ponto principal do castelo onde estavam os bairros aristocráticos e o centro do poder.

Almuinha: pequena horta familiar com muro, situada nas traseiras das habitações ou nos arredores da cidade.

Atafona: moinho movido à mão ou por animais.

Basílica: antiga igreja cristã.

Claustro: pátio interior de um mosteiro rodeado de galerias.

Cruz latina: figura formada por duas linhas atravessadas uma sobre a outra, sendo a vertical mais comprida que a horizontal.

Cruzados: guerreiro cristão da Idade Média.

Deambulatório: galeria que fica por trás do coro e do altar-mor nas igrejas, para procissão dos fiéis.

Fangas: local onde se vendiam os cereais.

Foral: documento régio onde se atribuíam privilégios a comunidades e localidades.

Gótico: estilo arquitectónico caracterizado por arcos e abóbadas em forma ogival.

Mesquita: templo religioso onde se reúnem os muçulmanos para rezar.

Mouros forros: mouros que viveram sob o domínio cristão e que mantiveram os seus privilégios e a sua religião.

Românico: estilo arquitectónico caracterizado pelo arco de volta perfeita ou romano.

Rosácea: elemento decorativo de forma circular, preenchido com vitrais, muito comum nas fachadas das igrejas góticas.

Sacristia: casa anexa à igreja onde os padres se vestem e guardam os objectos usados nas missas.

São Jorge: mártir cristão que viveu no século III e foi morto por soldados romanos e de quem os Cruzados eram muito devotos.

Torre do Tombo: edifício onde se guardam os documentos importantes para a história de Portugal.